



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

Referência: PGEA nº 1.33.000.001185/2025-30

**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026**

Torna-se público que a PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA (UASG 200058), por intermédio da Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), [Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de Setembro de 2023](#), [Portaria PGR/MPU Nº 28, de 16 de Março de 2023](#), e demais legislação aplicável, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**

**DATA DE ABERTURA:** 30 de junho de 2026.

**HORÁRIO:** 11:00h (horário de Brasília).

**LOCAL:** Portal de Compras do Governo Federal: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de de empresa especializada para o fornecimento e instalação de estrutura metálica para confecção de um shaft metálico que servirá de suporte para a instalação e a manutenção do futuro sistema de climatização da Procuradoria da República em Santa Catarina, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em único item.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado (Acórdão TCU nº 503/2021 – Plenário), que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante fornecer Declaração de observância desta condição junto a sua proposta ([ANEXO V](#)).
- 2.6. **Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:**
- 2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.6.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

- 2.6.4.1. O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.6.4.2. Caso conste, na consulta ao SICAF do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a administração diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 2.6.4.2.0. A tentativa de burla ao certame será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- 2.6.4.2.1. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.7. Agente público do órgão ou entidade licitante.
- 2.6.7.1. A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.6.8. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, considerando o objeto da presente contratação não ser de alta complexidade e de alto vulto (Acórdão TCU nº 2.831/2012 – Plenário);
- 2.6.9. Pessoas físicas, considerando que a contratação exigir estrutura mínima, com



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física

- 2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.6.12. Empresas prestadoras de serviços das quais membro ou servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público Federal, ou ainda seu cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, sejam sócios, gerentes ou diretores, conforme dispõe o art.3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, conforme declarado nos termos constantes do modelo anexo a este edital;

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.2.1. A participação se dará mediante o Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 3.2.2. O procedimento será divulgado no [Compras.gov.br](#) e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado – Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
- 3.2.3. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

[Compras.gov.br](http://Compras.gov.br).

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- 3.3.1. Está ciente em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- 3.3.2. Que sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data da sua entrega em definitivo;
- 3.3.3. Atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;
- 3.3.4. Inexiste impedimento à sua habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;
- 3.3.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 3.3.6. Está ciente em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 3.3.7. Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- 3.3.8. Observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;
- 3.3.9. Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

- 3.4.1. No grupo/item exclusivo, caso exista, para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 3.4.2. Nos grupos/itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa
- 3.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
  - 3.5.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
  - 3.5.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
  - 3.5.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 3.5.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 3.5.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 3.5.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
  - 3.5.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
  - 3.5.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

- 3.5.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 3.5.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 3.5.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 3.6. **O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.**
- 3.7. A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

- 3.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. Valor superior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, considerando a adoção do critério de julgamento por menor preço por item.
- 3.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, conforme campos solicitados no sistema, observando o seguinte:
- 4.1.1. Em nenhuma hipótese, será recebida/cadastrada proposta fora do prazo estabelecido.
- 4.1.2. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 4.1.3. Os documentos enviados e anexados no sistema eletrônico deverão observar os tipos aceitos no sistema e os exigidos neste edital.
- 4.1.4. Para formular a proposta, que ocorrerá, exclusivamente, pelo sistema eletrônico, a empresa deverá preencher os campos próprios do sistema, sem identificação da empresa, sob pena de desclassificação.
- 4.1.5. Os valores propostos deverão conter, no máximo, dois algarismos após a vírgula, salientando-se que os algarismos que porventura ocorram após este limite





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

serão desconsiderados.

- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

públicas;

**4.7.3. Devem ser respeitados os preços máximos por item previstos no Termo de Referência.**

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.4.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

5.4.2. Os valores propostos deverão conter, no máximo, dois algarismos após a vírgula, salientando-se que os algarismos que porventura ocorram após este limite serão desconsiderados.

5.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.6.1. O licitante poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários”.

- 5.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 5,00 (cinco reais).**
- 5.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.**
- 5.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.9.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.9.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.9.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão,



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

- 5.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

**5.16.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante fornecer Declaração de observância desta condição junto a sua proposta (ANEXO V).**

5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.17.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.17.1.2. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

5.17.1.3. Declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

5.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

5.17.2.2. Empresas brasileiras;

5.17.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.17.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.17.3. Após a adoção dos critérios de desempate anteriores, persistindo o empate, a seleção do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, realizado, automaticamente,



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

pelo sistema Compras.gov; e, caso o sistema esteja inoperante para realização do sorteio, será realizada sessão pública, por meio da plataforma Zoom, para a qual serão convocados todos os licitantes interessados, adotando-se o seguinte procedimento, enquanto o sistema Compras.gov não voltar a disponibilizar a realização de sorteio para essa situação:

- 5.17.3.1. O pregoeiro criará a reunião na plataforma Zoom, disponibilizando o link da reunião no chat da sessão pública da licitação, para acesso a qualquer dos licitantes;
- 5.17.3.2. A sessão será gravada, para fins de instrução processual e transparência;
- 5.17.3.3. Após aberta a reunião na plataforma Zoom, o pregoeiro aguardará um prazo de 5 (cinco) minutos para que os interessados possam adentrar à reunião;
- 5.17.3.4. Passado o prazo anterior, o pregoeiro informará qual a numeração corresponderá a cada licitante que participará do sorteio, realizando, em seguida, o sorteio por meio do site <https://www.random.org/>;
- 5.17.3.5. Após realizado o sorteio, o pregoeiro comunicará, no chat da sessão, qual a licitante vencedora do sorteio, que será aquela que seja convocada a apresentar sua proposta ajustada e demais procedimentos relativos ao julgamento da proposta e análise dos documentos de habilitação.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no tópico “[DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)” do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 6.1.1. SICAF;
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

- 6.1.3. **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no sítio [http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 6.1.4. **Relação de licitantes inidôneas do Tribunal de Contas da União – TCU** ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:112310083958715:::P3\\_TIPO\\_RELACAO:INIDONEO](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:112310083958715:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO));
- 6.1.5. **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. As consultas aos cadastros referidos acima podem ser supridas por meio da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União - Inidôneos TCU, CNJ, CEIS e CNEP - (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) e Certidão Negativa Correccional - CEIS e CNEP - (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).
- 6.3. As consultas no CEIS e CNEP, quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerão no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 6.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.4.2. O licitante será convocado via chat para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.4.3. O prazo para resposta à convocação será de 30 (trinta) minutos.**
- 6.5. Constatada a existência de sanção, a proposta será recusada, por falta de condição de participação do licitante.
- 6.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item deste edital.





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

- 6.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.8. Verificada a conformidade, o pregoeiro deverá convocar o licitante que tenha apresentado o melhor preço a negociar para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 6.8.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.8.1.1. Se a proposta apresentada contiver preços superiores aos limites máximos fixados para a contratação, o licitante será convocado para negociar a redução de seus valores, visando adequá-los aos valores máximos estabelecidos pela Administração.
- 6.8.1.2. O procedimento de negociação será realizado por meio da funcionalidade de convocação para negociação disponível no sistema Compras.gov.br.
- 6.8.1.3. O licitante terá o prazo de 30 (trinta) minutos, contados a partir da convocação no sistema, para manifestar sua resposta quanto à redução dos valores.
- 6.8.1.4. A desclassificação da proposta ocorrerá caso o licitante rejeite a negociação, não responda dentro do prazo estipulado ou manifeste via chat o desinteresse em reduzir os preços aos limites máximos definidos neste Edital e em seus anexos.
- 6.8.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.8.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.9. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas)**
-



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

horas, envie a proposta final ([conforme modelo disponível no Anexo II do Edital](#)) adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.9.1. Na proposta final o licitante deverá declarar que:**

6.9.1.1. Tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação

6.9.1.2. Examinou, conhece e se submete a todas as condições contidas no edital e nos seus anexos, bem como verificou todas as especificações neles contidas, não havendo nenhuma discrepância entre quaisquer informações e/ou documentos que dele fazem parte, e está ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assim como de qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, erros ou omissões existentes nesta proposta.

**6.9.1.3. Está ciente do estabelecido no item 4.4 do Termo de Referência, relativo à exigência Garantia de Contratação de 30% (trinta por cento) do valor total da contratação.**

**6.9.2. Junto a proposta final, as empresas deverão apresentar:**

6.9.2.1. **Planilha Orçamentária** (Preço Máximo Aceitável e Modelo para Apresentação de Proposta), conforme [modelo disponível no Apêndice II do Termo de Referência](#), em formato PDF e editável, para efeito de avaliação de exequibilidade.

6.9.2.2. **Cronograma Físico-Financeiro**, conforme [modelo disponível no Apêndice III do Termo de Referência](#), em formato PDF e editável.

6.9.2.3. Declaração nos termos art. 3º da Resolução/CNMP nº 37/2009, conforme [Anexo III deste Edital](#).

6.9.2.4. Declaração de Regularidade Social, conforme [Anexo IV deste Edital](#).

6.9.2.5. Declaração por não ultrapassar a Receita Bruta Máxima Admitida para Enquadramento como EPP, no Exercício, em Contratos Firmados com a Administração Pública. Conforme [Anexo V deste Edital](#).



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

6.9.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, nas seguintes situações:

6.9.3.1. Por solicitação do licitante, no chat do sistema, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro;

6.9.3.2. De ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de sua conformidade.

**6.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:**

6.10.1. Contiver vícios insanáveis;

6.10.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.10.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação, observando-se, ainda:

6.10.3.1. Após o encerramento da etapa de lances, as propostas que contiverem valor acima do valor máximo aceitável para a contratação (Acórdão nº 1455/2018 – TCU – Plenário) serão desclassificadas, podendo o pregoeiro, ainda nesta situação, antes da desclassificação da proposta do licitante que apresentou o lance mais vantajoso, encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao referido licitante, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital;

6.10.3.2. A não determinação dos valores para quaisquer itens da planilha orçamentária será interpretado como liberalidade da empresa em não repassar tais custos para o contrato, mantendo-o exequível. Desta forma, a ausência de cotações para determinados itens da planilha **NÃO SÃO MOTIVOS PARA DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTE** e esse, caso venha a ser contratado, **NÃO PODERÁ ALEGAR TER SE EQUIVOCADO NA COTAÇÃO DOS PREÇOS**, tendo que suportar o ônus de sua proposta, sob pena de responsabilização, nos termos da legislação vigente. (Acórdão TCU nº 1.092/2010 – 2ª. Câmara).

6.10.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

- 6.10.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.11.1. A inexecutibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.11.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.11.1.2. Que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.12. Considerando a contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de executibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 6.12.1. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, entendido como cada item individual que compõe o grupo.
- 6.12.2. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecutíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.13. Se houver indícios de inexecutibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a executibilidade da proposta.
- 6.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.14.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

- 6.14.2. A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta;
- 6.14.3. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, para efeito de comprovação de sua executabilidade, pode-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
- 6.14.3.1. Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;
- 6.14.3.2. Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- 6.14.3.3. Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;
- 6.14.3.4. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- 6.14.3.5. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- 6.14.3.6. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- 6.14.3.7. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- 6.14.3.8. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- 6.14.3.9. Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- 6.14.3.10. Estudos setoriais;
- 6.14.3.11. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

- 6.14.3.12. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços; e
- 6.14.3.13. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
- 6.15. O pregoeiro poderá comunicar a todos, mediante chat, o estabelecimento de um tempo razoável para aguardar resposta, nunca inferior a 30 (trinta) minutos, quando da convocação para o diálogo, inclusive, quanto à solicitação de esclarecimentos relativos à exequibilidade ou ajuste na proposta, antes da abertura de prazo para envio de documentos. A empresa que não manifestar presença, ou seja, não acompanhar as operações no sistema eletrônico ou não atender às convocações do pregoeiro durante o processo licitatório, poderá ser desclassificada.
- 6.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.16.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.16.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.18. Finalizada a etapa de julgamento da proposta, será iniciado o procedimento de habilitação.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.2. Após a fase de julgamento, o pregoeiro convocará o licitante provisoriamente classificado em



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

primeiro lugar para apresentar os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados ou estejam desatualizados no SICAF. Neste momento, o licitante será questionado via chat se deseja que sejam considerados para habilitação os documentos registrados no SICAF, se os documentos de habilitação já foram enviados junto à proposta final, ou, caso a convocação via chat não obtenha resposta, será aberto prazo de 02 (duas) horas para envio dos documentos por meio de upload no sistema.

- 7.2.1. Caso o fornecedor registre em resposta via chat que a documentação de habilitação já foi enviada junto à proposta final ou que deseja que sua habilitação seja analisada com base nos documentos disponíveis no SICAF, estará abrindo mão do prazo de 02 (duas) horas para envio da documentação de habilitação via sistema.
- 7.3. Encerrada a etapa de apresentação dos documentos de habilitação, o pregoeiro fará uma análise prévia da documentação e informará ao fornecedor, via chat, se a documentação apresentada está completa ou requer complementação, indicando, neste último caso, qual(is) documento(s) está(ão) faltante(s) ou necessita(m) ser complementado(s).
- 7.4. Caso o pregoeiro constate **a necessidade de complementação da documentação, seja para esclarecer informações de documentos já apresentados ou para suprir a ausência de documento comprobatório de condição pré-existente**, será aberto o prazo de 02 (duas) horas para o envio dos documentos solicitados por meio de upload no sistema.
- 7.4.1. A complementação referida deve obrigatoriamente restringir-se à juntada de documentos que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública.
- 7.4.2. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, mediante solicitação fundamentada apresentada no chat pelo licitante, antes de findar o prazo original.
- 7.5. **Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).**
- 7.6. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

**7.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.**

7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

7.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

**8. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

- 8.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 8.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 8.2.1. A assinatura eletrônica do Termo de Contrato, deverá ocorrer no sistema de peticionamento eletrônico do MPF.
- 8.2.2. O adjudicatário deverá realizar cadastro no portal “Peticionamento Eletrônico do MPF”, site: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>.
- 8.2.3. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 8.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 8.3.1. A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- 8.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 8.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 8.5. **Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.**
- 8.6. **A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

**9. DOS RECURSOS**

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados e poderão



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

ser solicitados por meio do endereço eletrônico [PRSC-licitacoes@mpf.mp.br](mailto:PRSC-licitacoes@mpf.mp.br).

## **10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1. Comete infração administrativa, o licitante que, com dolo ou culpa, incorrer em quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021, relacionadas a seguir:

10.2. **Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame.**

10.2.1. **Nível:** 3 - Relevante;

10.2.2. **Sanção:**

10.2.2.1. **Impedimento de licitar e contratar:** prazo de 04 a 08 meses.

10.2.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 6% a 12%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.

10.3. **Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:**

- A. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- B. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- C. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- D. Deixar de apresentar amostra;
- E. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

10.3.1. **Nível:** 3 - Relevante;

10.3.2. **Sanção:**

10.3.2.1. **Impedimento de licitar e contratar:** prazo de 04 a 08 meses.

10.3.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 6% a 12%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.

10.4. **Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação,**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

10.4.1. **Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;**

10.4.2. **Nível:** 4 - Grave;

10.4.3. **Sanção:**

10.4.3.1. **Impedimento de licitar e contratar:** prazo de 12 a 24 meses.

10.4.3.2. **Multa sancionatória:** percentual de 8% a 16%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.

10.5. **Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.**

10.5.1. **Nível:** 5 - Muito Grave;

10.5.2. **Sanção:**

10.5.2.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos,** pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo 72 meses.

10.5.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.

10.6. **Fraudar a licitação.**

10.6.1. **Nível:** 5 - Muito Grave;

10.6.2. **Sanção:**

10.6.2.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos,** pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo 72 meses.

10.6.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.

10.7. **Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:**

A. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

B. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

C. Apresentar amostra falsificada.

10.7.1. **Nível:** 5 - Muito Grave;

10.7.2. **Sanção:**

10.7.2.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos,** pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo 72 meses.

10.7.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.

10.8. **Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.**

10.8.1. **Nível:** 5 - Muito Grave;

10.8.2. **Sanção:**

10.8.2.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos,** pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo 72 meses.

10.8.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.

10.9. **Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.**

10.9.1. **Nível:** 5 - Muito Grave;

10.9.2. **Sanção:**

10.9.2.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos,** pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo 72 meses.

10.9.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.

10.10. **Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):**

10.10.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.10.2. As peculiaridades do caso concreto;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 10.10.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.10.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- 10.10.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.11. A tabela a seguir apresenta a dosimetria das sanções administrativas a serem aplicadas em conformidade com os níveis de gravidade das infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 e conforme estabelecido nos artigos 32 a 38 da Portaria PGR/MPU nº 178/2023. As infrações foram classificadas em cinco níveis de gravidade, e para cada nível são definidos os valores base das multas e dos períodos de impedimento ou inidoneidade.

Nível de Gravidade	Valor da Multa	Prazo de Impedimento / Inidoneidade
Nível 1 - Leve	Até 5%	Não aplicável
Nível 2 - Moderada	Base de 6%, variando entre 4% e 8%	Base de 3 meses, variando entre 2 e 4 meses
Nível 3 - Relevante	Base de 9%, variando entre 6% e 12%	Base de 6 meses, variando entre 4 e 8 meses
Nível 4 - Grave	Base de 12%, variando entre 8% e 16%	Base de 18 meses, variando entre 12 e 24 meses
Nível 5 - Muito Grave	Base de 15%, variando entre 10% e 20%	Base de 42 meses, variando entre 36 e 72 meses

- 10.11.1. As sanções aplicadas serão ajustadas conforme as particularidades de cada caso concreto, respeitando os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. As variações nos valores das multas e nos períodos de impedimento/inidoneidade serão determinadas com base nas circunstâncias agravantes e atenuantes. Essas





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

circunstâncias são definidas nos artigos 35 e 36 da Portaria PGR/MPU nº 178/2023, e serão aplicadas sobre os valores base para o cálculo do valor final das sanções.

- 10.12. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.13. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.13.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 10.13.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.13.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.14. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Licitante ou Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.14.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, **as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.**
- 10.14.2. **Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.**
- 10.15. Quando for o caso de aplicação exclusiva de pena de advertência ou multa, não



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

havendo produção de provas, após a defesa preliminar, o processo será sumário, nos termos da Portaria PGR/MPU nº178, de 13/09/23, art. 3º, inciso V e Art. 46.

- 10.16. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 3 (três) servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa preliminar e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.17. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.18. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.19. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.20. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 10.21. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito,



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 10.22. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 10.23. Os parâmetros para a aplicação de penalidades nas infrações cometidas em certames licitatórios e contratos administrativos no âmbito do Ministério Público Federal, que serão levados em consideração durante toda a vigência da contratação, estão estabelecidos na **Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de Setembro de 2023**, que *“Dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União”*.
- 10.24. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência, anexo a este Instrumento.

**11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica por meio do endereço eletrônico [PRSC-licitacoes@mpf.mp.br](mailto:PRSC-licitacoes@mpf.mp.br).
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. Os prazos estabelecidos nas convocações para manifestação do fornecedor, envio de informações e documentos, poderão ser prorrogados nas seguintes situações:
- 12.4.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro;
  - 12.4.2. De ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para a manifestação ou envio das informações ou documentos solicitados.
- 12.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Para tanto, poderá solicitar retificações necessárias, quanto a erros encontrados ou que apresentarem percentuais em desacordo com a legislação vigente ou com os acórdãos do TCU, desde que não ultrapasse o preço final ofertado pela licitante, podendo efetuar quantas convocações forem necessárias. Sendo possível, ainda, desde que justificado o equívoco ou falha do licitante, após avaliação do pregoeiro, ser solicitado documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (Acórdão TCU nº 1.211/2021 – Plenário).
- 12.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

- 12.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes>.
- 12.13. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 12.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 12.14.1. ANEXO I - Termo de Referência (TR)
  - 12.14.2. ANEXO II - [Modelo de Proposta Final](#)
  - 12.14.3. ANEXO III - [Modelo de Declaração de Regularidade – CNMP N° 37/2009](#)
  - 12.14.4. ANEXO IV - [Modelo de Declaração de Regularidade Social](#)
  - 12.14.5. ANEXO V - [Declaração por não ultrapassar a Receita Bruta Máxima Admitida para Enquadramento como EPP, no Exercício, em Contratos Firmados com a Administração Pública](#)
  - 12.14.6. ANEXO VI - Minuta do Contrato

*(datado e assinado eletronicamente)*

---



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

**DANIEL CARLOS WEINGARTNER**  
Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA  
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Referência: PGEA nº 1.33.000.001744/2025-10

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de estrutura metálica para confecção de uma shaft metálico que servirá de suporte para a instalação e a manutenção do futuro sistema de climatização da Procuradoria da República em Santa Catarina, nos termos dos projetos, cronograma físico-financeiro e planilha de quantitativos apêndices e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
1	Contratação de serviços comuns de engenharia para confecção de uma shaft metálico que servirá de suporte para a instalação e a manutenção do futuro sistema de climatização da Procuradoria da República em Santa Catarina, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência	18406	Serviço	1	R\$ 492.461,77	R\$ 492.461,77

- 1.2. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado da assinatura do contrato pelas partes, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A fundamentação da contratação e a descrição da necessidade encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.
- 2.2. O objeto da contratação foi incluído no Plano de Contratações Anual da Procuradoria da República no ano 2025 (PRSC-D0025/24). Todavia, considerando a falta de recurso não foi executado. Assim, deve ser incluído no PCA 2026.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:**

- 3.1. Os serviços previstos incluem o fornecimento e a instalação de uma estrutura metálica (shaft de climatização) composta por marquises de aço A36 galvanizada a quente e pintada com tinta





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

epóxi, confeccionada por treliças de cantoneira de aço soldada, longarinas confeccionadas com cantoneiras e revestimento para o piso com tela de aço expandida. Inclui ainda fechamento das laterais com brises de alumínio, escada de aço e estrutura de aço como suporte de linha de vida para segurança dos trabalhadores. **TODO MATERIAL DE AÇO DEVERÁ SER GALVANIZADO A QUENTE** (mergulhado em um banho de zinco fundido a cerca de 450°C, formando uma camada espessa de zinco e ligas zinco-ferro). Os parafusos de ligação entre a brise de alumínio e a estrutura de aço deverá ser de aço inoxidável 304.

- 3.2. Essa estrutura será montada nas fachadas laterais das torres I e III do condomínio Luiz Elias Daux, de propriedade da PRSC.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **4.1. Sustentabilidade**

- 4.1.1. É de responsabilidade da CONTRATADA a disposição final responsável e ambientalmente adequada dos resíduos de quaisquer natureza, após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010 – que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos –, obedecendo ao disposto na Norma Brasileira ABNT NBR 10004:2004 e em conformidade com o respectivo acordo setorial, regulamento expedido pelo Poder Público ou termo de compromisso.”

##### **4.2. O fornecedor deverá declarar:**

- 4.2.1. Não ter sido condenada, a licitante ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a CF/1988 em seu artigo 3º, inciso IV e no inciso I do artigo 5º, e nos artigos 39 e 39 da Lei 12.288/2010;
- 4.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CF/1988;
- 4.2.3. Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nos 29 e 105.

##### **4.3. Subcontratação**

- 4.3.1. Haverá possibilidade de subcontratação parcial do objeto, restrito aos sistemas de transporte vertical (andaimes e assemelhados).

##### **4.4. Garantia da contratação**

- 4.4.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, cumulativamente com a garantia adicional de proteção ao erário decorrente do pagamento antecipado, conforme Orientação Normativa AGU nº 76/2023, em valor correspondente a 30% (trinta por cento) do valor total da contratação, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

- 4.4.1.1. Justificativa para garantia acima do previsto na lei 14133/2021: de acordo com [Orientação Normativa 76/2023](#) e conforme pode ser observado no cronograma físico-financeiro, trinta por cento (30%) do desembolso total da obra será realizado na primeira fase da obra, durante os 90 dias iniciais, com serviços exclusivamente executados na fábrica da contratada. Ou seja, os pagamentos referentes a compra dos materiais e o seu beneficiamento (corte, soldagem, pintura) será realizado sem o recebimento de qualquer material na sede da Procuradoria da Pública em SC. Dessa forma, se faz necessário ampliar as garantias contratuais para assegurar a contratante o reembolso do valor antecipado, em caso de eventuais prejuízos causados pela contratada. Cabe destacar ainda, que no mercado privado, é prática recorrente a antecipação de 20 a 30% do valor contratado para início efetivo dos serviços, mesmo antes da aquisição dos materiais.
- 4.4.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.4.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.4.2.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.4.2.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.4.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.4.2.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.4.3. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.4.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.4.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

- 4.4.6. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.4.7. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.4.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.4.8.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - 4.4.8.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
  - 4.4.8.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.4.9. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.4.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.4.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.4.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.4.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.4.14. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.4.15. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

prescritivos aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

- 4.4.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.4.17. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.4.18. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.4.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.4.20. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 4.4.21. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 4.4.22. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 4.4.23. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.4.24. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.4.25. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

#### **4.5. Vistoria**

- 4.5.1. É recomendável a realização da vistoria prévia no local de execução dos serviços. Caso o proponente tenha interesse em realizar a vistoria, deverá agendar, com 48 horas de antecedência, junto a Divisão de Engenharia e Arquitetura da PRSC, através do telefone (48)2107-2456 e pelo e-mail prsc-dea@mpf.mp.br.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

---

**5.1. Condições de execução**

5.1.1. O prazo para EXECUÇÃO do serviço será de 150 (cento e cinquenta) dias consecutivos (corridos), a contar da emissão da Ordem de Serviço e deverá seguir estritamente o cronograma físico-financeiro apêndice deste termo de referência. Qualquer alteração, seja para antecipar ou postergar a obra, deverá ser justificada pela contratada com antecedência mínima de 30 dias corridos e autorizada pela fiscalização.

**5.2. Local e horário da prestação dos serviços**

5.2.1. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Edifício Luiz Elias Daux, avenida Paschoal Apóstolo Pitsica, 4876, Agronômica, Florianópolis – SC

5.2.2. O horário de execução dos serviços será das 07:00 às 17:00, de segunda a sexta-feira, devendo os serviços que façam ruídos relevantes serem executados no período da manhã ou nos finais de semana, **previamente autorizados pela fiscalização.**

**5.3. Rotinas a serem cumpridas**

5.3.1. Para emissão da Ordem de Serviço, a contratada deverá apresentar:

- . Anotação de Responsabilidade Técnica - ART – junto ao CREA\_SC - pela execução do objeto, inclusive pelos andaimes, assinada por Engenheiro Civil, incluindo comprovante de pagamento.
- . Lista de funcionários com documentação que comprove o vínculo trabalhista com a contratada, incluindo CPF e RG. Deve ainda indicar quais os veículos que farão uso do estacionamento da PRSC. Também deverá indicar o “Preposto”, funcionário que permanecerá no local da obra e responderá pela contratada.
- . Certificado vigente do curso de Trabalho em Altura, como exige a Norma Regulamentadora do Trabalho NR35.
- . Comprovante de comunicação da obra a Superintendência Regional do Trabalho do MTE.

5.3.2. A PRSC disponibilizará local para depósito provisório dos materiais da obra, assim como local para refeição dos operários e fornecimento de água e energia para o desenvolvimento dos trabalhos.

5.3.3. Todo o material metálico para a estrutura do shaft deverá ser cortado, soldado e pintado na fábrica/empresa, montado em módulos e transportado para PRSC apenas para a sua instalação, reduzindo ao máximo os serviços a serem realizados no local da instalação. A



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

empresa contratada poderá apresentar um plano de montagem que melhor se adeque a sua realizada, desde que seja respeitada as condições previstas no item 5.1.

- 5.3.4. Todos os serviços realizados na sede da PRSC deverão atentar para o cuidado com a edificação do condomínio e seus vizinhos, se responsabilizando pela proteção adequada do ambiente, antes de iniciar cada serviço.

**5.4. Materiais a serem disponibilizados**

- 5.4.1. Todos os materiais necessários a execução perfeita do objeto, além dos materiais necessários a segurança dos funcionários envolvidos na obra (EPIs – Equipamento de Proteção Individual e EPCs – Equipamentos de Proteção Coletiva), será de total responsabilidade da contratada, devendo incluir todos os custos diretos e indiretos na proposta a ser apresentada na licitação.
- 5.4.2. Os materiais para confecção do objeto deverão atender a todos os requisitos previstos no projeto, na planilha orçamentária, nas normas técnicas ABNT e nos demais documentos apêndices deste termo.

**5.5. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

- 5.5.1. Todas as informações necessárias a elaboração da proposta encontra-se nos projetos, planilha orçamentária e cronograma, apêndices deste termo.

**5.6. Especificação da garantia do serviço**

- 5.6.1. O prazo de garantia contratual dos serviços, incluindo à garantia legal, será de, no mínimo sessenta (60) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

**5.7. Procedimentos de transição e finalização do contrato**

- 5.7.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

**6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 6.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 6.2. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 6.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 6.4. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

- 6.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste instrumento.
- 6.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste instrumento;
- 6.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 6.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 6.9. A Administração terá o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 6.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 7.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 7.2. Promover diligências junto aos órgãos pertinentes para obtenção da documentação que se fizer necessária à consecução e entrega dos serviços, segundo a legislação vigente quando da execução dos serviços, competindo-lhe inclusive o pagamento das respectivas taxas/multas e encargos correspondentes;
- 7.3. Providenciar a contratação de todo o seu pessoal necessário, bem como o cumprimento às leis trabalhistas e previdenciárias e à legislação vigente sobre saúde, higiene e segurança do trabalho. Correrá por conta exclusiva do CONTRATADO a responsabilidade por: quaisquer acidentes de trabalho na execução dos serviços; uso indevido de patentes registradas; danos resultantes de caso fortuito;
- 7.4. Responsabilizar-se pela regularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias relativas ao objeto do respectivo contrato;
- 7.5. Manter, durante a contratação, a Certidão Negativa de Débito - CND junto ao INSS, o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT e a prova de regularidade com a Fazenda Federal estejam devidamente atualizados;
- 7.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 7.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

- 7.8. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 7.9. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 7.10. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 7.11. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 7.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 7.13. Apresentar a seguinte documentação dos empregados alocados, na sede da Contratante, na execução dos serviços:

7.13.1. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), física ou digital, dos empregados e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

7.13.2. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a prestação dos serviços e comprovante de pagamento;

7.13.3. Cópia de comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros);

7.13.4. Cópia do comprovante de recolhimento de FGTS e de INSS.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 8.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**9. Da comunicação entre a PR/SC e a empresa CONTRATADA:**

- 9.1. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 9.2. Conforme os termos deste documento, para efeito de contratação e gestão contratual, fica eleito o correio eletrônico (e-mail) como modo de comunicação formal e principal entre a Procuradoria da República em Santa Catarina e a empresa CONTRATADA.
- 9.3. Para efeito da contagem dos prazos, durante toda a contratação, nos casos de notificação, de intimação ou de comunicação, o início da contagem dá-se a partir da data de envio do e-mail pela PR/SC.
- 9.4. É de total responsabilidade da CONTRATADA manter permanentemente atualizado o e-mail de contato com a CONTRATANTE.
- 9.5. Além do e-mail, a empresa ficará ainda responsável por disponibilizar um número de telefone para eventuais contatos com o preposto da empresa.

**10. Preposto**

- 10.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 10.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período que dura os serviços.
- 10.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**11. Rotinas de Fiscalização**

- 11.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 11.2. **Fiscalização Técnica**
  - 11.2.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
  - 11.2.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
  - 11.2.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

- 11.2.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 11.2.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 11.2.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- 11.3. Fiscalização Administrativa**
- 11.3.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 11.3.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 11.4. Gestor do Contrato**
- 11.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 11.4.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 11.4.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 11.4.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

- 11.4.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 11.4.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 11.4.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**12. DA ETAPA DE FABRICAÇÃO, DO PAGAMENTO ANTECIPADO E DOS EFEITOS DO INADIMPLEMENTO**

- 12.1. O pagamento da etapa de fabricação fica condicionado à fiscalização prévia pela Administração (visita técnica à fábrica) e à apresentação de notas fiscais de aquisição dos materiais, bem como de outros documentos comprobatórios exigidos no Termo de Referência, sem que tal desembolso importe em aceitação do objeto ou transferência de riscos à CONTRATANTE.
- 12.2. O pagamento antecipado da etapa de fabricação não aperfeiçoa a aceitação do objeto, a qual somente ocorrerá após a entrega, montagem, instalação, testes e recebimento definitivo da estrutura metálica nas dependências da PR/SC, mediante termo de recebimento definitivo emitido pela equipe técnica da CONTRATANTE.
- 12.3. A garantia contratual de 30% (trinta por cento) engloba, cumulativamente, a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e a proteção ao erário decorrente do pagamento antecipado de igual percentual referente à etapa de fabricação. Destina-se a assegurar a fiel execução do contrato, a restituição dos valores pagos antecipadamente e o ressarcimento de eventuais prejuízos oriundos de inadimplemento.
- 12.4. Na hipótese de inadimplemento contratual por culpa exclusiva da CONTRATADA, caracterizado especialmente pela não conclusão da montagem/instalação da estrutura ou pela interrupção injustificada dos serviços, a CONTRATANTE poderá rescindir o contrato unilateralmente, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, aplicando-se as seguintes consequências:
- 12.4.1. Restituição Integral: A CONTRATADA obriga-se a restituir à CONTRATANTE, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da notificação da rescisão, a totalidade dos valores recebidos a título de pagamento antecipado, devidamente corrigidos pelo INPC ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da execução da garantia contratual e da aplicação das demais sanções cabíveis;
- 12.4.2. Retirada dos Materiais e Equipamentos: Caberá exclusivamente à CONTRATADA, por sua conta e risco, a desmobilização e a retirada integral de todos os materiais, insumos, componentes ou equipamentos fabricados, armazenados ou parcialmente instalados nas dependências da PR/SC;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

- 12.4.3. Prazo para Retirada: A retirada prevista no item 12.4.2. deverá ser concluída no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação formal de rescisão.
- 12.5. O descumprimento do prazo estabelecido no item 12.4.3. autoriza a CONTRATANTE, independentemente de nova notificação ou autorização judicial, a promover a remoção e o descarte ou armazenamento dos materiais por meios próprios ou de terceiros, imputando todos os custos, despesas e prejuízos à CONTRATADA, os quais poderão ser descontados de eventuais créditos remanescentes ou executados diretamente contra a garantia prestada.
- 12.6. As disposições deste item aplicam-se cumulativamente às demais penalidades e obrigações previstas no contrato e na legislação vigente, especialmente os arts. 145, 96, 98 e 155 da Lei nº 14.133/2021.

### **13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**13.1. Da medição**

- 13.2. A medição será realizada mensalmente, conforme cronograma físico-financeiro, apêndice deste termo de referência. Ressalta-se que não serão medidos serviços superiores aos valores previsto no referido cronograma, mesmo que a evolução da obra esteja mais avançada. Qualquer alteração substancial do cronograma, deverá ser previamente autorizada pela fiscalização, conforme item 5.1.1 deste termo.

- 13.3. A medição de serviços e materiais não instalados ou postos na PRSC ficará limitada ao percentual de 30% do valor total contratado.

**13.4. Do recebimento**

- 13.4.1. O objeto será recebido pelo fiscal do contrato a partir da entrega do serviço concluído para efeito de verificação da conformidade com as especificações contidas neste Termo e seus anexos, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, mediante atesto.
- 13.4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 13.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)
- 13.4.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 13.4.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 13.4.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

- 13.4.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 13.4.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 13.4.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 13.4.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 13.4.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado;
- 13.4.12. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 13.4.13. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 13.4.14. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 13.4.15. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 13.4.16. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 13.4.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 13.4.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

---

13.4.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**13.5. Liquidação**

13.5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

13.5.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

13.5.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

13.5.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.5.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

13.5.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.5.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

---

à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.5.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.5.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**13.6. Prazo de pagamento**

13.6.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

13.6.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

**13.7. Forma de pagamento**

13.7.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.7.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.7.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.7.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**13.8. Antecipação de pagamento**

13.8.1. Não será permitida a antecipação. O Pagamento ocorrerá estritamente dentro do cronograma apresentado em apêndice a este Termo de Referência, podendo ser medido e pago os materiais/serviços realizados ainda dentro do processo de montagem das estruturas na sede da empresa, limitado a 30% do valor contratado.

**13.9. Cessão de Crédito**

13.9.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

- 13.9.2. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 13.9.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 13.9.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 13.9.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 13.9.6. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.
- 13.10. Reajuste**
- 13.10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento referência.
- 13.10.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 13.10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 13.10.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 13.10.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 13.10.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

13.10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.10.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

**14.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

14.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

14.1.2. Será adotado o modo de disputa aberto e fechado, com o valor mínimo de R\$ 5,00 (cinco reais) para o intervalo dos valores entre lances.

**14.2. Critérios de aceitabilidade de preços**

14.2.1. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação. Contudo, mesmo que o valor global da proposta esteja inferior a valor de referência, a proposta não poderá apresentar nenhum item e/ou subitem com valor superior a 5% ao valor de referência, discriminado na planilha orçamentária, apêndice a este termo.

14.2.2. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

**14.3. Regime de execução**

14.3.1. O regime de execução do contrato será pela empreitada por preço global.

**14.4. Exigências de habilitação**

14.4.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

14.4.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

---

- 14.4.3. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 14.4.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 14.4.5. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 14.4.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 14.4.7. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 14.4.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 14.4.9. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 14.4.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 14.4.11. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:
- 14.5. Habilitação jurídica**
- 14.5.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 14.5.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 14.5.3. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 14.5.4. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 14.5.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

**14.6. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 14.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 14.6.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 14.6.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 14.6.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 14.6.5. Declaração de não ter sido condenada, a licitante ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a CF/1988 em seu artigo 3º, inciso IV e no inciso I do artigo 5º, e nos artigos 39 e 39 da Lei 12.288/2010;
- 14.6.6. Declaração de não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nos 29 e 105.
- 14.6.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 14.6.8. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 14.6.9. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 14.6.10. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**14.7. Qualificação Econômico-Financeira**

- 14.7.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, a licitante deverá apresentar, no mínimo:
  - a) Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativos ao último exercício social;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

- b) Certidão negativa de feitos sobre falência;
- c) Comprovação de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado do valor estimado da contratação.

**14.8. Qualificação Técnica**

14.8.1. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

14.8.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

14.8.2. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (CREA), em plena validade.

14.8.2.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

14.8.3. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

14.8.3.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**14.8.3.2. Construção/ execução de estrutura de aço com área mínima de 200 metros quadrados ou 4.000 (quatro mil) quilos de aço empregado na estrutura metálica. Não serão consideradas estruturas de concreto armado.**

14.8.3.3. Não será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

14.8.3.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

14.8.3.5. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.9. Não será admitida a participação de cooperativas.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

15.1. Comete infração administrativa o licitante, o contratado e o fornecedor que incorrer em quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021, relacionadas a seguir:





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

**15.2. Der causa à inexecução parcial do contrato ou de instrumento equivalente.**

**15.2.1. Sanção:**

15.2.1.1. **Advertência**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e

15.2.1.2. **Multa sancionatória** no percentual de 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento), calculado sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, não podendo o valor da multa ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato ou de instrumento equivalente.

15.2.2. A advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de **dar causa à inexecução parcial do contrato ou de instrumento equivalente**, quando não couber imposição de penalidade mais grave.

15.2.2.1. Não serão consideradas como advertência as determinações do(s) fiscal(is) do contrato previstas no exercício das atribuições do Art. 117, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

15.2.2.2. A não aplicação da advertência não afasta a possibilidade de aplicação da multa de mora contratual, resultante de atraso injustificado na execução do contrato.

15.2.3. Tratando-se de **atraso injustificado na execução de obrigação acessória**, a partir do 10º dia de mora o atraso configurará a infração administrativa de **“Der causa à inexecução parcial do contrato ou de instrumento equivalente”**, podendo, a depender das consequências do atraso injustificado, configurar a infração administrativa de **“Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo”**.

15.2.3.1. **Após o 30º dia**, mantido o atraso injustificado na execução de obrigação acessória, a contratante poderá promover a extinção unilateral do contrato por não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusula contratual.

**15.3. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.**

**15.3.1. Sanção:**

15.3.1.1. **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União** pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e

15.3.1.2. **Multa sancionatória** no percentual de 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento), calculado sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, não podendo a multa ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato ou de instrumento equivalente.

**15.4. Der causa à inexecução total do contrato ou de instrumento equivalente.**

**15.4.1. Sanção:**





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

- 15.4.1.1. **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União** pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e
- 15.4.1.2. **Multa sancionatória** no percentual de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento), calculado sobre o valor total do contrato ou de instrumento equivalente.
- 15.5. **Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.**
  - 15.5.1. **Sanção:**
    - 15.5.1.1. **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União** pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e
    - 15.5.1.2. **Multa sancionatória** no percentual de 5% (cinco por cento) até 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do contrato ou de instrumento equivalente.
  - 15.5.2. Tratando-se de **atraso injustificado na execução de obrigação principal, a partir do 10º dia de mora** o atraso configurará a infração administrativa de **Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação.**
    - 15.5.2.1. **Após o 30º dia**, mantido o atraso injustificado, **restará configurada nova infração, de “Dar causa à inexecução total do contrato ou de instrumento equivalente”**, com a resolução do ajuste.
- 15.6. **Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato ou de instrumento equivalente.**
  - 15.6.1. **Sanção:**
    - 15.6.1.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos; e
    - 15.6.1.2. **Multa sancionatória** no percentual de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento), calculado sobre o valor do contrato ou de instrumento equivalente.
- 15.7. **Praticar ato fraudulento na execução do contrato ou de instrumento equivalente.**
  - 15.7.1. **Sanção:**
    - 15.7.1.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos; e
    - 15.7.1.2. **Multa sancionatória**, no percentual de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento), calculado sobre o valor do contrato ou de instrumento equivalente.
- 15.8. **Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.**
  - 15.8.1. **Sanção:**
    - 15.8.1.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos; e



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

- 15.8.1.2. **Multa sancionatória** no percentual de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento), calculado sobre o valor do contrato ou de instrumento equivalente.
- 15.9. **Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.**
- 15.9.1. **Sanção:**
- 15.9.1.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos; e
- 15.9.1.2. **Multa sancionatória** no percentual de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento), calculado sobre o valor do contrato ou de instrumento equivalente.
- 15.10. **Além das penalidades descritas anteriormente, poderão ser aplicadas cumulativamente as seguintes multas contratuais, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e na Portaria PGR/MPU nº 178/2023:**
- 15.11. **Multa moratória**, por atraso injustificado na execução contratual, tanto da obrigação principal quando das obrigações secundárias assumidas, 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, conforme previsto no edital ou no contrato, até o limite de 30% (trinta por cento);
- 15.11.1. **Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente comprovado pelo contratado, a incidência das seguintes situações:**
- 15.11.2. Alteração do projeto ou especificações pela Administração;
- 15.11.3. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- 15.11.4. Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- 15.11.5. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133, de 2021;
- 15.11.6. Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; e
- 15.11.7. Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
- 15.11.8. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções contratuais e legais.
- 15.11.8.1. No caso da cláusula anterior, a multa de mora será convertida em multa compensatória e descontada do valor da indenização devida à Administração, se houver.
- 15.12. **Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

---

- 15.12.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 15.12.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 15.12.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 15.12.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- 15.12.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.13. As multas sancionatórias serão graduadas em conformidade com os critérios previstos na Portaria PGR/MPU nº 178/2023, tendo como limite mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato ou do Instrumento equivalente.
- 15.14. A dosimetria do prazo de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União e Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos** será feita na forma da Portaria PGR/MPU nº 178/2023.
- 15.15. A aplicação das sanções previstas neste Instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.16. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.16.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 15.16.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.16.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.17. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 15.18. Nos termos da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/23, art. 3º, inciso V, “Quando não for processado em conjunto com as demais infrações, para a aplicação exclusiva da sanção de advertência ou multa sancionatória, o processo será sumário”.
- 15.19. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

- 15.20. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 15.21. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 15.22. Os parâmetros para a aplicação de penalidades nas infrações cometidas em certames licitatórios e contratos administrativos no âmbito do Ministério Público Federal, que serão levados em consideração durante toda a vigência da contratação, estão estabelecidos na **Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de Setembro de 2023**, que “*Dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União*”.

## 16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 16.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 492.461,77 (*Quatrocentos e noventa e dois mil, quatrocentos e sessenta e um reais e setenta e sete centavos*), conforme custos unitários dispostos no APÊNDICE II - Planilha Orçamentária (Preço Máximo Aceitável e Modelo para Apresentação de Proposta).

## 17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na programação de custeio básico, a ser incluída no PCA 2026, da Procuradoria da República de Santa Catarina.
- 17.2.
- a) Gestão/Unidade: 00001/200058
  - b) Fonte de Recursos: 1000000000
  - c) Programa de Trabalho: 03062003142640001- Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
  - d) Elemento de Despesa: 449051-92
  - e) Plano Interno: INFRASEA

## 18. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- 18.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes documentos:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

---

- 18.1.1. APÊNDICE I – A - Projeto Arquitetônico 01\_03;
- 18.1.2. APÊNDICE I – B - Projeto Arquitetônico 02\_03;
- 18.1.3. APÊNDICE I – C - Projeto Arquitetônico 03\_03
- 18.1.4. APÊNDICE II – Planilha Orçamentária (Preço Máximo Aceitável e Modelo para Apresentação de Proposta).
- 18.1.5. APÊNDICE III – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

(datado e assinado eletronicamente)

**EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**  
**PORTARIA 270/2025 (PR-SC-00027099/2025)**

Assinado com login e senha por EVALDO HILDEBRANDO CARDOSO NETO, em 12/06/2026 15:56. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 9cd05883.b528c7ca.ce84ec0d.57998902



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - SANTA CATARINA**

PR-SC-00021580/2026

**Referência:** PGEA 1.33.000.001744/2025-10

**ESTUDOS PRELIMINARES**

**Contratação de empresa especializada para instalação de shaft metálico para o novo sistema de climatização da Procuradoria da República em Santa Catarina.**

**INTRODUÇÃO**

O presente estudo tem por objeto a análise da viabilidade e levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o **Termo de Referência** para contratação, mediante pregão eletrônico, de empresa especializada para o **fornecimento e instalação de estrutura metálica para confecção de uma shaft metálico que servirá de suporte para a instalação e manutenção do futuro sistema de climatização da Procuradoria da República em Santa Catarina**, conforme o Documento de Formalização da Demanda (DFD) expedido pela Divisão de Engenharia e Arquitetura da PR-SC (PR-SC-00026031/2025)

A Equipe de Planejamento da Contratação, designada pela PORTARIA 270/2025 CA/PRSC – PR-SC-00027099/2025, realizou estudos, reuniões e análise documental, desenvolvendo o trabalho à luz das diretrizes gerais e específicas para a elaboração dos Estudos Preliminares, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº58, de 08 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o ETP digital.

**1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.**

A necessidade desta contratação está diretamente relacionada a troca do sistema de climatização, detalhada no documento PR-SC-00029698/2024

A instalação de um shaft metálico para a instalação e a manutenção das condensadoras do novo sistema de climatização da PRSC, é uma solução técnica que oferece benefícios significativos em termos de organização, segurança, estética e eficiência. Abaixo, apresento as principais razões que justificam sua adoção:

**1. Organização e Proteção das Instalações:**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - SANTA CATARINA**

O shaft metálico proporciona um espaço dedicado para acomodar as máquinas, tubulações de refrigeração, drenos e cabos elétricos, evitando a exposição desordenada desses elementos. Isso reduz o risco de danos causados por impactos, vibrações ou intempéries, prolongando a vida útil dos componentes do sistema de ar condicionado.

**2. Segurança:**

O uso de um shaft metálico minimiza riscos associados ao processo de instalação e manutenção do sistema, tanto no que diz respeito a quedas de operários, quanto a proteção dos equipamentos e linhas.

**3. Estética e Valorização do Imóvel:**

O shaft permite ocultar as tubulações e cabos, resultando em um visual mais limpo e profissional, além de manter a padronização com os shafts existentes nas torres I e III.

**4. Facilidade de Manutenção:**

Com o shaft, o acesso aos equipamentos, as tubulações e cabos é simplificado, facilitando inspeções, reparos e manutenções preventivas.

**6. Durabilidade e Resistência:**

O material metálico, quando adequadamente tratado (como galvanizado a fogo e com pintura anticorrosiva), é altamente resistente a condições adversas, como umidade, calor ou exposição ao tempo. Isso garante uma solução de longa durabilidade, com baixo custo de reposição ou reparo.

**2 PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

A presente aquisição foi incluída no Plano de Contratações Anual da Procuradoria da República no ano 2025 (**PRSC-D0025/24**). Todavia, considerando a falta de recurso não foi executada. Assim, deve ser incluída no PCA 2026.

**REFERÊNCIA AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO**





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - SANTA CATARINA**

A presente proposta de contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico do MPF, dentro das perspectivas dos Processos Internos e Recursos Orçamentários e Financeiros, alcançando os seguintes objetivos estratégicos (Portaria PGR/MPF 3/2022): **Objetivo Estratégico 09 (OE09):** Otimizar a gestão de pessoas, materiais e dados, com foco na eficiência, sustentabilidade e economicidade; **Objetivo Estratégico 18 (OE18):** Promover o alinhamento da gestão orçamentária e financeira com as prioridades estratégicas, aprimorando os mecanismos de transparência e otimização da execução orçamentária, observadas as diretrizes nacionais, a racionalidade, a eficiência e a economicidade.

***Objetivo Estratégico 09 (OE09): Otimizar a gestão de pessoas, materiais e dados, com foco na eficiência, sustentabilidade e economicidade.** Descrição: o objetivo contempla as ações do MPF com vistas ao uso racional de todos os seus recursos: humanos e materiais. Deverá otimizar a alocação de sua força de trabalho e de seus bens para adequar a gestão institucional ao cenário de restrições orçamentárias, bem como às exigências vigentes por uma prestação de serviço público mais eficiente e sustentável;*

***Objetivo Estratégico 18 (OE18): Promover o alinhamento da gestão orçamentária e financeira com as prioridades estratégicas, aprimorando os mecanismos de transparência e otimização da execução orçamentária, observadas as diretrizes nacionais, a racionalidade, a eficiência e a economicidade.** Descrição: o objetivo contempla a atuação focada na estratégia (alocação dos recursos disponíveis para as ações que proporcionem a consecução dos objetivos estratégicos) e no uso racional dos recursos públicos. Busca, também, a construção de cultura de responsabilidade fiscal e a melhoria da qualidade dos gastos e investimentos.*

Importante destacar que de tão relevante a sustentabilidade está inserida nos valores do planejamento estratégico conforme inciso III do art 2º da Portaria supra:

(...)

“ III- Valores: Transparência, Ética, Independência funcional, Resolutividade, Proatividade, Sustentabilidade, Unidade, Cooperação;”

E encontra-se transcrito como a seguir:

(...)

“Sustentabilidade: este conceito possui três pilares básicos: social, econômico e ambiental. Para se desenvolver de forma sustentável, uma organização deve promover a coexistência harmoniosa desses três pilares. De acordo com a Agenda da 2030 da ONU, a sustentabilidade visa acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Para fins do Planejamento Estratégico do MPF, esse conceito enfatiza a necessidade de sustentabilidade de projetos estratégicos, iniciativas ou ações quanto aos aspectos social, econômico e ambiental.”



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

### PROCURADORIA DA REPÚBLICA - SANTA CATARINA

## SOLUÇÃO 3 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA

### 3.1 Requisitos da contratação

#### 3.1.1 Natureza da contratação

O objeto da licitação tem a natureza de **serviço comum de engenharia**, execução indireta, de natureza não-continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, que obedece padrões de desempenho e qualidade, com especificações usuais no mercado e características objetivamente definidas, e conforme definição contida no alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º da Lei 14.133/21, **sendo aplicável, portanto, a licitação na modalidade Pregão** conforme caput e parágrafo único do art. 29 desta lei.

#### 3.1.2 Critérios de Sustentabilidade

No que pertine aos critérios e práticas de sustentabilidade a serem veiculados na especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada, impõe-se observar o que preconiza o Guia de Contratações Sustentáveis do MPF:

*O planejamento consiste em etapa anterior à elaboração do próprio termo de referência, em que a Administração realizará estudos acerca do objeto que será contratado, sob os seguintes aspectos:*

*a. verificação da real necessidade da Administração, devendo decidir se a contratação deve prosseguir por configurar-se na melhor opção ou se há alternativas que a atenderão mais adequadamente à luz dos princípios da Administração Pública;*

*b. características do objeto, devendo ser verificado se houve mudança de tecnologia;*

*c. forma de funcionamento do mercado fornecedor, abrangendo política de garantia e de distribuição dos bens ou prestação dos serviços e outros aspectos de logística;*

*d. possibilidade de a licitação ser realizada de forma compartilhada (sistema de registro de preços); e*

*e. abrangência da contratação em termos geográficos, se for possível a contratação compartilhada.*

*Nessa fase é que serão verificados quais aspectos de sustentabilidade serão empregados em função do objeto escolhido, como resposta à demanda da Administração.*



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

### PROCURADORIA DA REPÚBLICA - SANTA CATARINA

(...)

#### 6. Diretrizes

*Nas contratações de bens e serviços comuns, é fundamental que a licitação seja processada sob a modalidade de pregão, na forma eletrônica e, sempre que possível, recomenda-se a realização do Sistema de Registro de Preços.*

(...)

Alinhando-se aos aspectos acima entabulados, verifica-se que a contratação em tela é absolutamente necessária, propondo-se a adoção das práticas sustentáveis já previstas nos normativos do MPF, em especial no sobredito Guia de contratações sustentáveis.

Os critérios de sustentabilidade serão abordados no Termo de Referência em capítulo próprio, com indicação das perspectivas econômica, ambiental e social, conforme previsão a seguir.

#### 3.1.2.1 Perspectiva ambiental

A perspectiva ambiental tem como escopo a preservação do meio ambiente. Prioriza-se, aqui, reduzir, reciclar e reutilizar recursos utilizados pelas diferentes unidades administrativas. Serão exigidos os seguintes critérios:

*a. previsão do uso de bens, materiais ou insumos reciclados, recicláveis atóxicos e biodegradáveis ou com fornecimento de algum destes itens;*

*b. exigência de utilização de equipamentos com comprovação de nível de potência sonora (selo de ruído);*

*c. exigência de atendimento às disposições da Resolução CONAMA nº 340 de 25/09/03, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das substâncias que destroem a camada de Ozônio –SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs e triclouroetano).*

*A SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente*

#### 3.1.2.2 Perspectiva Social



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

### PROCURADORIA DA REPÚBLICA - SANTA CATARINA

A perspectiva social tem o objetivo de implementar ações afirmativas, com valorização da mão de obra local, sempre atendendo a padrões de qualidade devidamente comprovados. Serão adotados os seguintes critérios:

- a) exigência de comprovação de regularidade social;
- b) exigência de fornecimento de equipamentos de segurança conforme Norma Regulamentadora nº 6 do MTE (EPI).
- c) exigência de curso de trabalho em altura, consoante a NR 15 do MTE.

#### 3.1.2.3 Perspectiva Econômica

Em razão dos valores estimados para a contratação previstos no item 6 destes estudos, o regramento contido no art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/2006, a respeito dos processos licitatórios destinados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte para contratações de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ao ano, **não** será aplicado.

#### 3.1.3 Atestado de capacidade técnica

Baseado no parágrafo 3º do art. 88 da Lei 14.133/2021 será exigido atestado de capacidade técnica para verificar a aptidão da empresa no fornecimento dos bens a serem adquiridos, sem, entretanto, frustrar o caráter competitivo do certame.

#### 3.1.4 Vistoria

Será facultada a vistoria nos futuros locais de instalação para conhecimento e melhor dimensionamento da proposta por parte das licitantes.

#### 3.1.5 Subcontratação,

Haverá possibilidade de subcontratação parcial do objeto, restrito aos sistemas de transporte vertical (andaimes e assemelhados).

### 4 ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Os shafts metálicos serão compostos por plataformas metálicas de, aproximadamente, 6 metros de comprimento por 1,3 m de largura, instaladas em seis andares das torres I e III. Inclui ainda o revestimento por brises de alumínio, escadas metálicas, estrutura de linha de vida e pintura. A estimativa mais detalhada das quantidades será apresentada no item 6 deste documento.



## **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

### **PROCURADORIA DA REPÚBLICA - SANTA CATARINA**

#### **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E CONTRATAÇÕES ANTERIORES**

O mercado das empresas que atuam com estruturas metálicas na região da grande Florianópolis é bastante robusto, como inúmeras obras de telhados, pavilhões em estrutura metálicas e demais estruturas em construção nesse momento. Em pesquisa realizada na internet, verifica-se empresas como AZM Soluções Metálicas e Metalpriss atuando no mercado local.

#### **CONTRATAÇÕES ANTERIORES**

Na PR/SC, em 2016, foi contratada a execução de reforço em estrutura metálica para a laje que receberia o novo arquivo deslizante da instituição – PGEA 1.33.000.0025732/2016-47.

#### **NOVAS METODOLOGIAS**

Não foram localizadas novas metodologias para o objeto na pesquisa de mercado realizada no PNCP, banco de preços e fornecedores.

#### **6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor estimado foi de 492.461,77 reais. A estimativa orçamentária foi realizada através da composição de serviços e insumo base SICRO 01/2026, SINAPI 02/2026 e pesquisa de mercado.

#### **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução como um todo será detalhada em projeto arquitetônico e estrutural, em momento oportuno.

#### **8. DA ETAPA DE FABRICAÇÃO, DO PAGAMENTO ANTECIPADO E DOS EFEITOS DO INADIMPLEMENTO**

Considerando a estimativa de prazo de 2 a 3 meses para recebimento do aço, corte, montagem/solda, galvanização a quente e aplicação de uma demão de pintura e considerando a necessidade de pagamento mensal a contratada, se faz necessário a ampliação da garantia de obra para 30%, conforme entendimento previsto na Orientação Normativa 76/2023:

I - Nos contratos administrativos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, em regra, é vedado o pagamento antecipado, parcial ou total, do objeto contratado, sendo excepcionalmente admitido desde que, motivadamente, seja justificado o preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos: a) a medida proporcione sensível economia de recursos ou represente condição indispensável para a consecução do objeto; b) haja previsão expressa no edital de licitação ou no instrumento formal de contratação direta; e c) contenha no instrumento convocatório ou no contrato como cautela obrigatória a exigência de devolução do valor antecipado caso não haja execução do objeto no prazo contratual.



## **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

### **PROCURADORIA DA REPÚBLICA - SANTA CATARINA**

II - A partir do exame das circunstâncias que são próprias de cada caso concreto, e para resguardar o interesse público e prejuízos ao erário, poderá, ainda, a administração exigir garantias adicionais para fins de admissão do pagamento antecipado, na forma do art. 92, inciso XII, e art. 96, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como poderá adotar outras cautelas, tais como: comprovação da execução de parte ou de etapa inicial do objeto pelo contratado para a antecipação do valor remanescente; emissão de título de crédito pelo contratado; acompanhamento da mercadoria, em qualquer momento do transporte, por representante da administração; exigência de certificação do produto ou do fornecedor; dentre outras.

Além disso, considerando o risco de ocorrer a entrega do material/treliças metálicas em obra e a sua não instalação, seja por falência da empresa ou por qualquer outra razão, fará com que a PRSC seja forçada a contratar uma terceira empresa que assuma a sua montagem. Todavia, esta última não dará garantias da qualidade estrutural dos materiais/treliças fornecidos pela primeira. Assim, deverá ser incluído no termo de referência, item que exija a restituição integral, no prazo de 15 dias úteis, da totalidade dos valores recebidos a título de pagamento antecipado e a remoção/recolhimento de todo o material disposto na sede da PRSC, além do pagamento das multas cabíveis.

#### **9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

A contratação não deve ser parcelada pelas seguintes razões:

- Trata-se de um serviço especializado e homogêneo, onde a sua divisão implicaria em grave risco de segurança de suas partes e a perda de garantia.
- Perda do fator de demanda, considerando-se que a divisão reduziria a quantidade contratada, reduzindo possíveis descontos.
- Controle de execução, onde é necessário que a empresa contratada tenha sólido conhecimento de todo o processo construtivo, garantindo a segurança e a produtividade necessária do serviço.

#### **10. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Pretende-se, com esta contratação, que tanto a instalação, quando a manutenção periódica, dos novos aparelhos de climatização da PRSC ocorra de maneira segura, eficaz e com baixo custo

#### **11. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO**

A única providência necessária é a aprovação do condomínio para a execução do shaft, pois é um serviço externo, sem grandes impactos na rotina ou na arquitetura da PRSC.



## **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - SANTA CATARINA**

### **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES**

A contratação do sistema de climatização será concomitante, porém não terá impactos nesta contratação, pois esta deverá ser completamente executada para iniciar a instalação dos novos aparelhos climatização.

### **13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

O maior risco ambiental para este tipo de contratação está no processo de fabricação com a utilização de materiais que proveem de fornecedores certificados pelos órgãos ambientais e com o resíduo de obra. A fiscalização deverá atuar verificando todas as etapas, exigindo as comprovações regulares dos materiais utilizados na confecção da estrutura e fiscalizando o descarte de forma correta.

### **14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Por todo o exposto, esta Equipe declara que a presente contratação é viável.

Florianópolis, 11 de junho de 2026.

(assinatura eletrônica)  
Equipe de Planejamento da Contratação



Referência: PGEA – 1.33.000.001744/2025-10

## MAPA DE RISCOS

Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de estrutura metálica para confecção de uma shaft metálico que servirá de suporte para a instalação e a manutenção do futuro sistema de climatização da Procuradoria da República em Santa Catarina .

### I - FASE DE ANÁLISE: Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor:

Descrição do Risco	Probabilidade	Impacto	Causa Potencial	Descrição do Dano	Ação Preventiva e Responsável	Ação de Contingência e Responsável
Licitação deserta ou fracassada por falta de interessados	B	M	Elaboração inadequada do TR e demais apêndices.	Atraso na conclusão do processo licitatório diante de eventual repetição	Análise histórica da execução contratual e adoção das boas práticas já consolidadas no MPF.  Responsável: Divisão de Engenharia e Arquitetura	Reanálise do processo a partir das informações produzidas no curso da licitação.  Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação
Orçamento subestimado ou superestimado.	A	M	Pesquisa de mercado insuficiente; desconhecimento dos custos de materiais e mão de obra especializados; previsão inadequada de imprevistos. contratuais.	Preço excessivo na contratação (superestimado); inviabilidade da execução por falta de recursos (subestimado); necessidade de aditivos contratuais.	Pesquisa de mercado aprofundada com diversos fornecedores; elaboração de planilha de custos detalhada; consideração de uma margem para imprevistos.  Responsável: Divisão de Engenharia e Arquitetura	Não praticável
Prazos irrealistas para contratação e execução.	A	A	Falta de planejamento de cronograma; subestimação da complexidade do processo licitatório e da instalação.	Atrasos na execução da obra; prejuízos operacionais para o MPF; aplicação de multas contratuais.	Elaboração de um cronograma realista, considerando todas as fases (licitação, fabricação, instalação); consulta a empresas do setor sobre prazos médios.  Responsável: Divisão de Engenharia e Arquitetura	Prever os impactos caso seja necessário ampliar o prazo
Ausência de empresas	B	M	Especificações	Deserção da	Ampla divulgação do	Caso necessário,

Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4876. Edifício Luiz Elias Daux. Agronômica, Florianópolis, SC. CEP 88025-255

<http://www.mpf.br/sc>

qualificadas ou interessadas.			restritivas no TR; preço de referência baixo demais; burocracia excessiva do processo.	licitação; necessidade de republicação do edital, atrasando o processo.	edital; especificações técnicas abertas o suficiente para permitir concorrência, mas sem comprometer a qualidade; revisão do preço de referência se necessário. Contato com empresas do mercado na fase de orçamentação para comparar o preço referência com o mercado.  Responsável: Divisão de Engenharia e Arquitetura	republicação do edital com retificação.
Impugnação ao Edital.	M	M	Elaboração inadequada do TR e demais apêndices.	Atraso na conclusão do processo licitatório diante de eventual repetição	Elaboração do TR e demais peças de acordo com os modelos de minutas padronizados de Termos de Referência e Projetos Básicos da Advocacia-Geral União (art. 29 da IN 5/2017)  Responsável: Divisão de Engenharia e Arquitetura	Reanálise do processo a partir das informações produzidas no curso da licitação.  Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação

Probabilidade e Impacto: B=Baixo; M=Médio; A=Alto.

## II - FASE DE ANÁLISE: Gestão do Contrato:

Descrição do Risco	Probabilidade	Impacto	Causa Potencial	Descrição do Dano	Ação Preventiva e Responsável	Ação de Contingência e Responsável
Acidentes de trabalho durante a instalação.	M	A	Falta de uso de EPIs; procedimentos de segurança inadequados; imperícia da mão de obra.	Lesões graves ou óbitos; paralisação da obra; responsabilização legal do MPF e da contratada; danos à imagem.	Exigência do certificado do curso de trabalho em altura; exigência e fiscalização ostensiva do uso de EPIs e EPS e cumprimento das NRs; seguro de responsabilidade civil.  Responsáveis: Divisão de Engenharia e Arquitetura e Fiscalização Contratual	Medidas possíveis: - Aplicação de sanções administrativas; - Rescisão do contrato.  Responsáveis: Fiscais e Gestores do Contrato
Ruído excessivo durante a instalação.	M	B	Uso de equipamentos barulhentos; horários inadequados para execução	Reclamações de Procuradores e servidores do MPF; interrupção da obra.	Utilização de equipamentos com menor nível de ruído; planejamento de horários de execução (ex: fora do horário de pico); isolamento acústico provisório.  Responsáveis: Divisão de Engenharia e Arquitetura e Fiscalização Contratual	Medidas possíveis: - Aplicação de sanções administrativas;  Responsáveis: Fiscais e Gestores do Contrato
Pagamento antecipado e abandono de obra	B	A	Falta de garantias correspondentes	Não entrega dos materiais ou abandono dos	Prever no TR garantia de 30% para fazer frente a qualquer pagamento sem entrega	Não praticável

Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4876. Edifício Luiz Elias Daux. Agronômica, Florianópolis, SC. CEP 88025-255

<http://www.mpf.br/sc>

				materiais não instalados em obra	correspondente, prever restituição integral em caso de abandono em obra e também o recolhimento total dos materiais não instalados ou parcialmente instalados, na PRSC.	
Prestação de serviços em desconformidade com as obrigações fixadas no TR. Qualidade inferior do material ou da instalação.	A	M	Uso de materiais não conformes; mão de obra desqualificada; fiscalização deficiente.	Vida útil reduzida do shaft; problemas estéticos; riscos à segurança; necessidade de retrabalho e custos adicionais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Exigências fixadas no TR, entre elas o atestado de capacidade técnica e ART;</li> <li>- Fiscalização técnica e acompanhamento da execução contratual.</li> </ul> <p>Responsáveis: Divisão de Engenharia e Arquitetura e Fiscalização Contratual</p>	<p>Medidas possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aplicação de sanções administrativas;</li> <li>- Rescisão do contrato.</li> </ul> <p>Responsáveis: Fiscais e Gestores do Contrato</p>

Probabilidade e Impacto: B=Baixo; M=Médio; A=Alto.

Florianópolis, 11 de junho de 2026.

(datado e assinado eletronicamente)

**EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

**PORTARIA 270/2025 (PR-SC-00027099/2025)**

COMPOSIÇÃO 001	BRISE DE ALUMÍNIO	Unid.	Custo Unitário	Coefficiente	Total	C/ BDI
00586 SINAPI	CANTONEIRAS DE ABAS IGUAIS DE ALUMÍNIO ANODIZADO 20X20X1,9 MM	M	29,34	17,00	498,78	623,48
34360 SINAPI	PERFIL RETANGULAR DE ALUMÍNIO 60X40X2,3MM ANODIZADO	kg	58,21	1,18	68,69	85,86
Pesquisa de mercado	PARAFUSO DE AÇO INOX 304 FLANGEADO 19X4,2MM	Unid.	0,25	17,00	4,25	5,31
Pesquisa de mercado	PARAFUSO DE AÇO INOX 304 FLANGEADO 25X6MM	Unid.	1,00	2,00	2,00	2,50
044497 SINAPI	MONTADOR DE ESTRUTURAS METALICAS HORISTA	H	30,19	0,80	24,15	30,19
044499 SINAPI	AJUDANTE DE ESTRUTURAS METALICAS (HORISTA)	H	23,35	0,80	18,68	23,35
				Total		770,69

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE ORÇAMENTO

Item	Descrição dos Serviços			UNID.	QUANT.	PREÇO UNITARIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	
SHAFT METÁLICO PARA MANUTENÇÃO DAS CONDENSADORAS								REFERÊNCIA
1.			Torre I					
1.	1.		Marquises					
1.	1.	1.	Treliça de aço ASTM A36, composta por cantoneiras de abas iguais de 76x76x4,8 mm e 50x50x,48mm, soldadas com solda MIG com arame ER70S-6 (conforme projeto), incluindo 4 parafusos de aço ASTM A325 Tipo 1 - Gerdau, diâmetro 16 mm com comprimento de ancoragem de 26 cm, fixados com adesivo epóxi Âncora QEP 400, incluindo furação de concreto, movimentação vertical da estrutura no prédio e demais serviços necessários a completa instalação da estrutura. <b>TODO MATERIAL DEVE SER GALVANIZADO A QUENTE (mergulhado em um banho de zinco fundido a cerca de 450°C, formando uma camada espessa de zinco e ligas zinco-ferro).</b>	Kg	805,12	27,37	22.032,01	SICRO3 - 01/2025 - 2408149 + GALVANIZAÇÃO A QUENTE - PREÇO DE MERCADO
1.	1.	2.	Cantoneira 50x50x,48mm, soldada as treliças com eletrodos E70XX, para estruturação do piso entre as treliças (longarinas). <b>TODO MATERIAL GALVANIZADO A QUENTE (mergulhado em um banho de zinco fundido a cerca de 450°C, formando uma camada espessa de zinco e ligas zinco-ferro).</b>	Kg	476,98	27,37	13.052,61	SICRO3 - 01/2025 - 2408149 + GALVANIZAÇÃO A QUENTE - PREÇO DE MERCADO
1.	1.	3.	Tela de chapa de aço expandida, malha 38x75mm, espessura do fio 6mm, soldada as treliças com eletrodos E70XX. <b>TODO MATERIAL DEVE SER GALVANIZADO A QUENTE (mergulhado em um banho de zinco fundido a cerca de 450°C, formando uma camada espessa de zinco e ligas zinco-ferro).</b>	Kg	618,03	27,37	16.912,39	SICRO3 - 01/2025 - 2408149 + GALVANIZAÇÃO A QUENTE - PREÇO DE MERCADO
1.	1.	4.	Estrutura de aço complementar em aço A36, perfil retangular, 50x40x3,0mm, soldada a treliça com eletrodo E70XX. <b>TODO MATERIAL GALVANIZADO A QUENTE (mergulhado em um banho de zinco fundido a cerca de 450°C, formando uma camada espessa de zinco e ligas zinco-ferro).</b>	Kg	513,01	27,37	14.038,49	SICRO3 - 01/2025 - 2408149 + GALVANIZAÇÃO A QUENTE - PREÇO DE MERCADO
1.	2.		Brises					
1.	2.	1.	Brise montada em perfis de alumínio anodizado retangular de 60x40x2,3mm, fixados a estrutura de aço com parafusos flangeados de aço inoxidável de 6 mm de espessura, inclui ainda revestimento (conforme projeto) de perfis de alumínio anodizado em "L" de 2x2 cm, <b>fixados aos montantes de alumínio por meio de parafusos de aço inoxidável 304 de espessura de 4,2mm.</b>	M2	156,00	770,69	120.227,21	COMPOSIÇÃO 1
1.	3.		Escada					
1.	3.	1.	Escada tipo marinheiro - tubo de aço galvanizado soldado com diâmetro do tubo de 4 cm, espessura da parede do aço 3 mm, largura da escada 50 cm - espaçamento entre degraus 25 cm, espaçamento entre a barra do degrau e a estrutura - mínimo 5 cm, soldada na estrutura metálica. <b>TODO MATERIAL DEVE SER GALVANIZADO A QUENTE (mergulhado em um banho de zinco fundido a cerca de 450°C, formando uma camada espessa de zinco e ligas zinco-ferro).</b>	Kg	168,78	27,37	4.618,77	SICRO3 - 01/2025 - 2408149 + GALVANIZAÇÃO A QUENTE - PREÇO DE MERCADO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE ORÇAMENTO

Item			Descrição dos Serviços	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITARIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	
1.	4.		<b>Pintura</b>					
1.	4.	1.	Pintura com pistola, duas demãos de tinta epóxi bi-componente na cor cinza (em toda a estrutura de aço, incluindo escadas).	M2	319,20	26,75	8.538,60	SICRO 2419705
1.	5.		<b>Andaime</b>					
1.	5.	1.	Locação de andaime suspenso, tipo jau (balancin), com motor elétrico, plataforma de 8 x 80cm (ou 2 plataformas de 4 metros de comprimento), cabo mínimo para 30 metros de altura, incluindo mesa de apoio e demais acessórios a perfeita ancoragem do equipamento na cobertura da edificação.	MÊS	1,50	9.583,33	14.375,00	Insumo Sinapi 041805
			<b>Total parcial (R\$)</b>				<b>213.795,09</b>	
2.			<b>Torre III</b>					
2.	1.		<b>Marquises</b>					
2.	1.	1.	Treliça de aço ASTM A36, composta por cantoneiras de abas iguais de 76x76x4,8 mm e 50x50x,48mm, soldadas com solda MIG com arame ER70S-6 (conforme projeto), incluindo 4 parafusos de aço ASTM A325 Tipo 1 - Gerdau, diâmetro 16 mm com comprimento de ancoragem de 26 cm, fixados com adesivo epóxi Âncora QEP 400, incluindo furação de concreto, movimentação vertical da estrutura no prédio e demais serviços necessários a completa instalação da estrutura. <b>TODO MATERIAL DEVE SER GALVANIZADO A QUENTE (mergulhado em um banho de zinco fundido a cerca de 450°C, formando uma camada espessa de zinco e ligas zinco-ferro).</b>	Kg	858,79	27,37	23.500,81	SICRO3 - 01/2025 - 2408149 + GALVANIZAÇÃO A QUENTE - PREÇO DE MERCADO
2.	1.	2.	Cantoneira 50x50x,48mm, soldada as treliças com eletrodos E70XX, para estruturação do piso entre as treliças (longarinas). <b>TODO MATERIAL DEVE SER GALVANIZADO A QUENTE (mergulhado em um banho de zinco fundido a cerca de 450°C, formando uma camada espessa de zinco e ligas zinco-ferro).</b>	Kg	490,27	27,37	13.416,18	SICRO3 - 01/2025 - 2408149 + GALVANIZAÇÃO A QUENTE - PREÇO DE MERCADO
2.	1.	3.	Tela de chapa de aço expandida, malha 38x75mm, espessura do fio 6mm, soldada as treliças com eletrodos E70XX. <b>TODO MATERIAL DEVE SER GALVANIZADO A QUENTE (mergulhado em um banho de zinco fundido a cerca de 450°C, formando uma camada espessa de zinco e ligas zinco-ferro).</b>	Kg	641,92	25,06	16.088,06	SICRO3 - 01/2025 - 2408149 + GALVANIZAÇÃO A QUENTE - PREÇO DE MERCADO
2.	1.	4.	Estrutura de aço complementar em aço A36, perfil retangular, 50x40x3,0mm, soldada a treliça com eletrodo E70XX. <b>TODO MATERIAL DEVE SER GALVANIZADO A QUENTE (mergulhado em um banho de zinco fundido a cerca de 450°C, formando uma camada espessa de zinco e ligas zinco-ferro).</b>	Kg	537,22	27,37	14.701,00	SICRO3 - 01/2025 - 2408149 + GALVANIZAÇÃO A QUENTE - PREÇO DE MERCADO
2.	2.		<b>Brises</b>					
2.	2.	1.	Brise montada em perfis de alumínio anodizado retangular de 60x40x2,3mm, fixados a estrutura de aço com parafusos flangeados de aço inoxidável de 6 mm de espessura, inclui ainda revestimento (conforme projeto) de perfis de alumínio anodizado em "L" de 2x2 cm, <b>fixados aos montantes de alumínio por meio de parafusos de aço inoxidável 304 de espessura de 4,2mm.</b>	M2	170,22	770,69	131.186,38	COMPOSIÇÃO 1

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE ORÇAMENTO**

Item			Descrição dos Serviços	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	
2.	3.		<b>Escada</b>					
2.	3.	1.	Escada tipo marinho - tubo de aço galvanizado soldado com diâmetro do tubo de 4 cm, espessura da parede do aço 3 mm, largura da escada 50 cm - espaçamento entre degraus 25 cm, espaçamento entre a barra do degrau e a estrutura - mínimo 5 cm, soldada na estrutura metálica. <b>TODO MATERIAL DEVE SER GALVANIZADO A QUENTE (mergulhado em um banho de zinco fundido a cerca de 450°C, formando uma camada espessa de zinco e ligas zinco-ferro).</b>	Kg	214,82	27,37	5.878,44	SICRO3 - 01/2025 - 2408149 + GALVANIZAÇÃO A QUENTE - PREÇO DE MERCADO
2.	4.		<b>Portão</b>					
2.	4.	1.	Portão de acesso ao shatf, na entrada do G2, com dimensões de 1,00x2,40, confeccionado em barras chatas de aço 25x4,8mm, incluindo dobradiça, trinco de fechamento e cadeado tamanho 30. <b>TODO MATERIAL DEVE SER GALVANIZADO A QUENTE (mergulhado em um banho de zinco fundido a cerca de 450°C, formando uma camada espessa de zinco e ligas zinco-ferro).</b>	M2	2,40	930,85	2.234,04	SINAPI + GALVANIZAÇÃO A QUENTE - PREÇO DE MERCADO
2.	5.		<b>Pintura</b>					
2.	5.	1.	Pintura com pistola, duas demãos de tinta epóxi bi-componente na cor cinza (em toda a estrutura de aço, incluindo escadas).	M2	327,24	26,75	8.753,67	SICRO 2419705
2.	6.		<b>Andaime</b>					
2.	6.	1.	Locação de andaime suspenso, tipo jau (balancin), com motor elétrico, plataforma de 8 x 80cm (ou 2 plataformas de 4 metros de comprimento), cabo mínimo para 30 metros de altura, incluindo mesa de apoio e demais acessórios a perfeita ancoragem do equipamento na cobertura da edificação.	MÊS	1,50	9.583,33	14.375,00	Insumo Sinapi 041805
			<b>Total parcial (R\$)</b>				<b>230.133,58</b>	
3.			<b>Serviços complementares</b>					
3.	1.		<b>Engenheiro</b>					
3.	1.	1.	Acompanhamento por engenheiro civil ou mecânico - responsável técnico pela execução da obra com ART/CREA - 4 horas diárias no local da obra na fase de instalação	Mês	3,00	16.177,70	48.533,10	Sinapi 90778
			<b>Total parcial (R\$)</b>				<b>48.533,10</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>							<b>492.461,77</b>	

PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL para cada item e subitem da planilha.

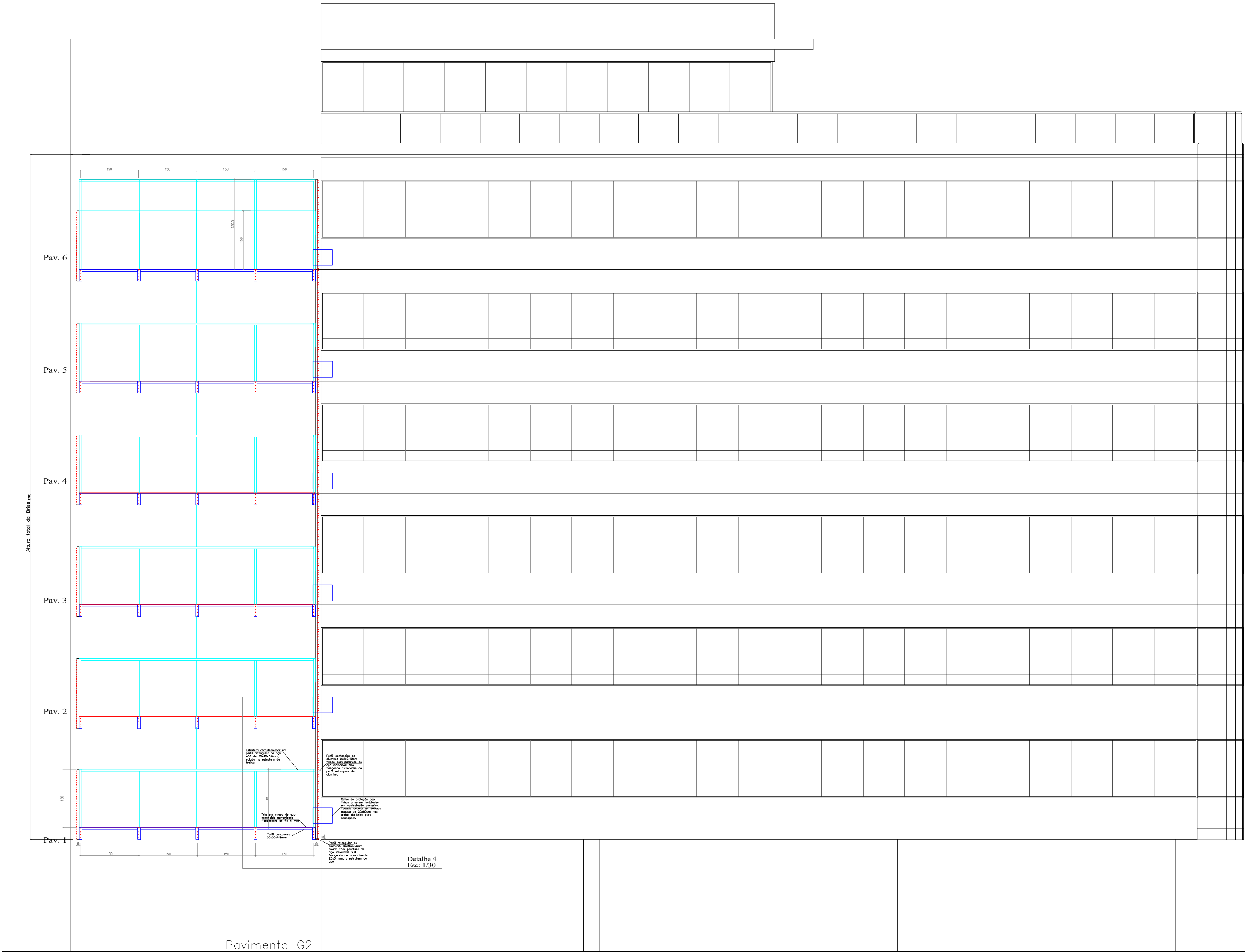
**Referências:**

Bonificações e Despesas Indiretas – BDI: 25%, conforme ACORDÃO 2622/2013 do Tribunal de Contas da União – TCU, para obras de construção de edificações.

SINAPI - Encargos Sociais sobre mão de obra: 114,47% para horista e 71,03% para mensalista, emissão 13/03/2026, mês referência: 02/2026. **MÃO DE OBRA NÃO DESONERADA**

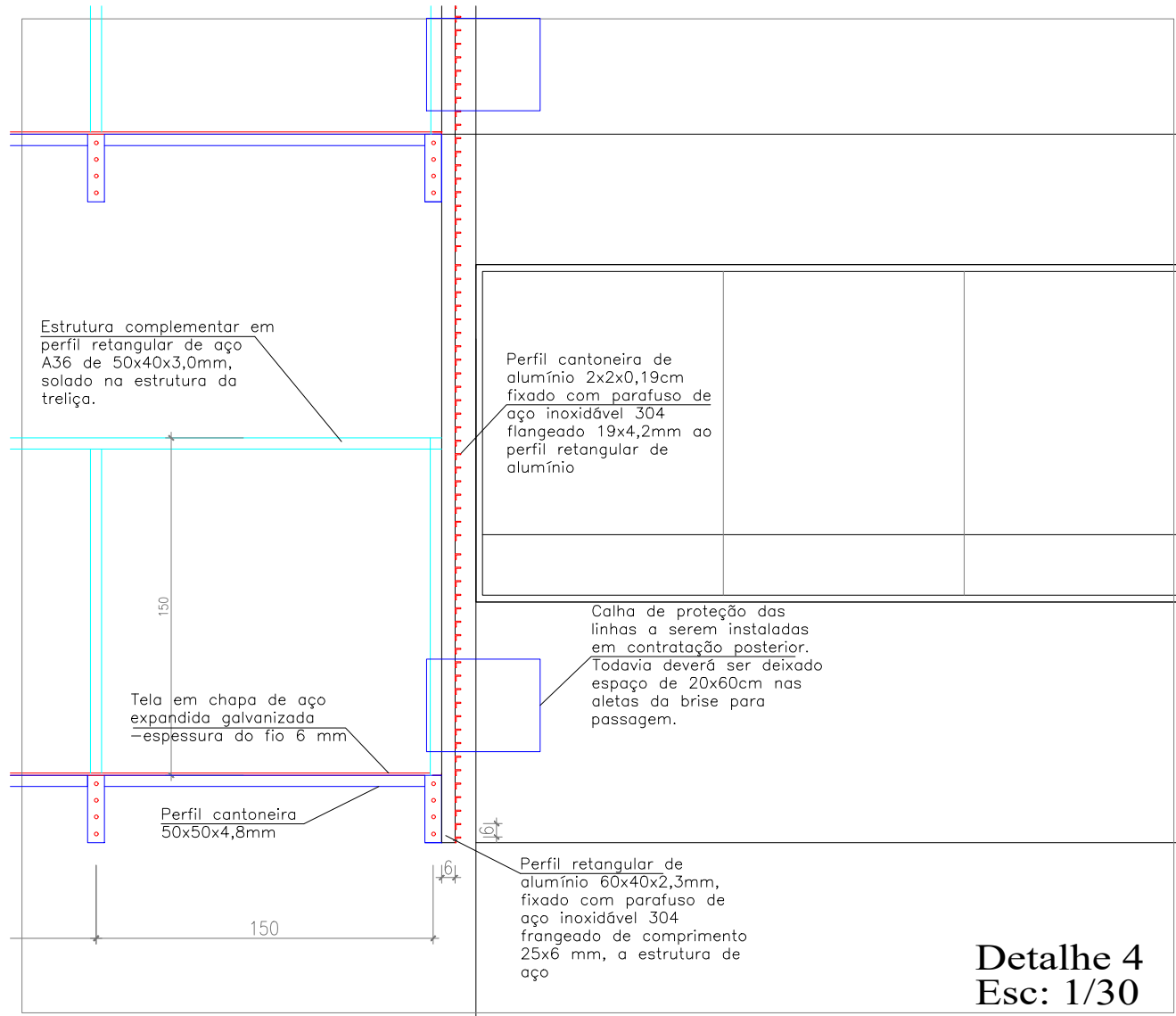
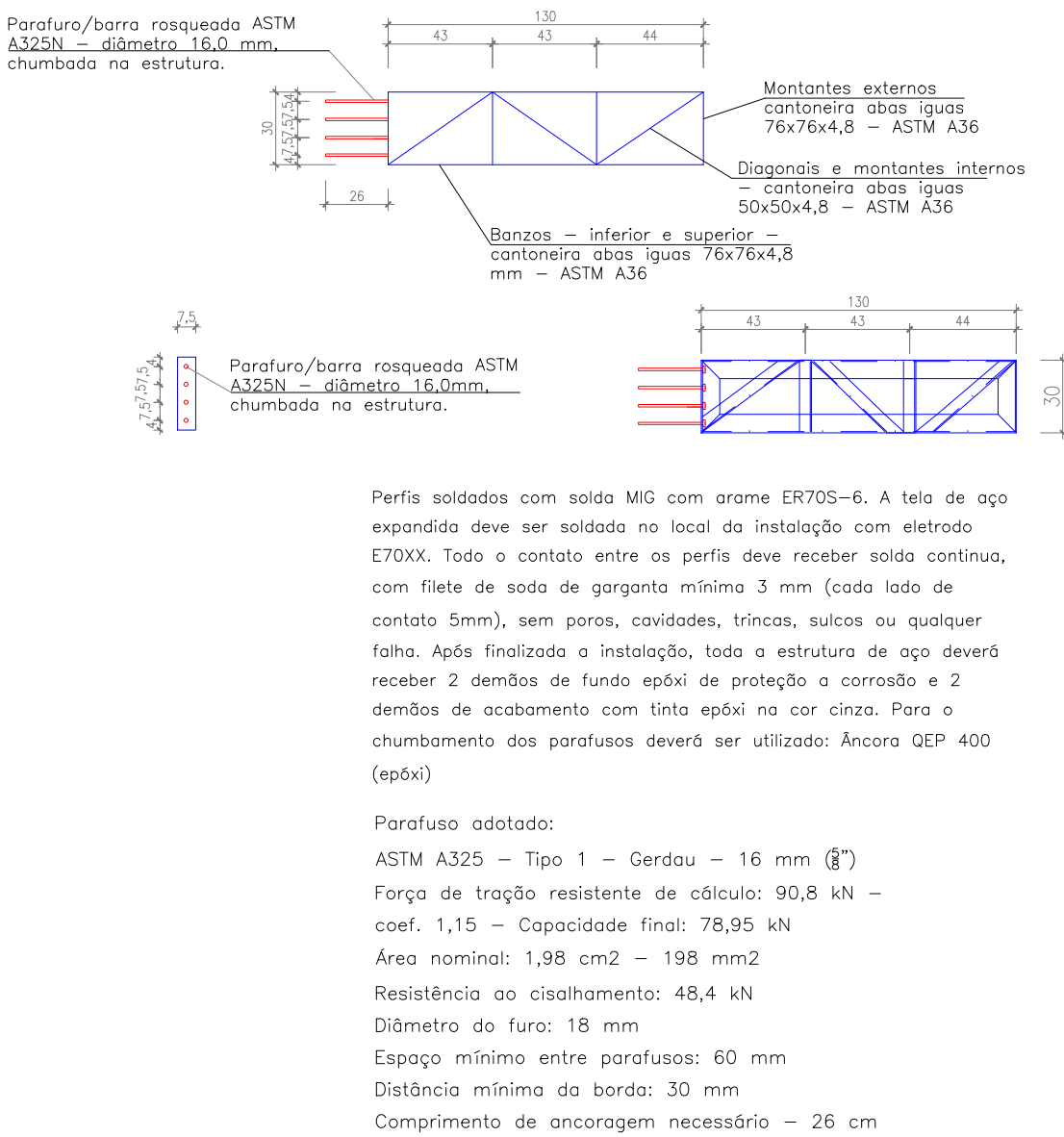
SICRO - 01/2026 - SC





Fachada Lateral - sem o fechamento da brise frontal  
Torre I - Condomínio Elias Daux  
MPF - PRSC  
Esc: 1/75

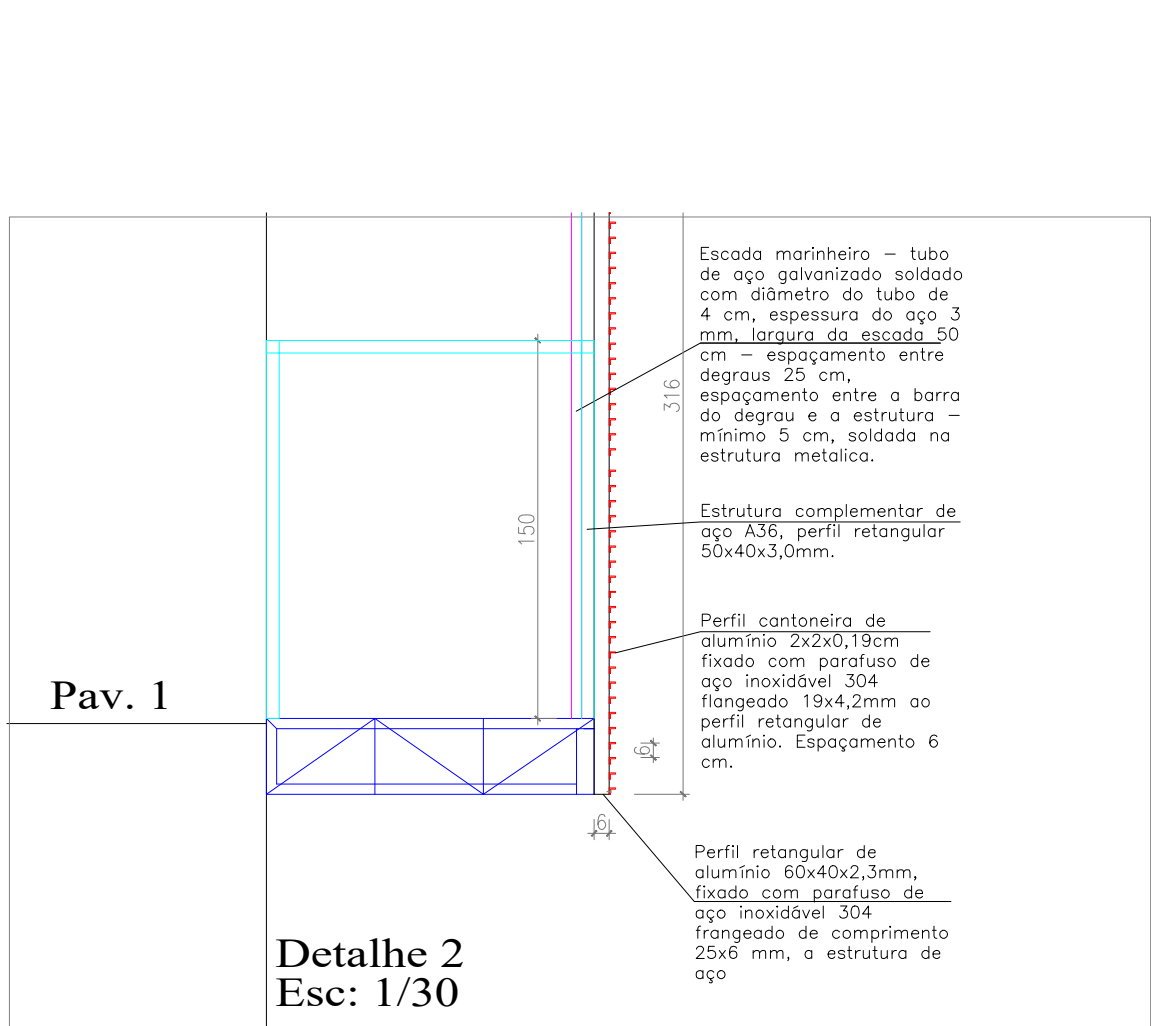
Detalhamento da treliça



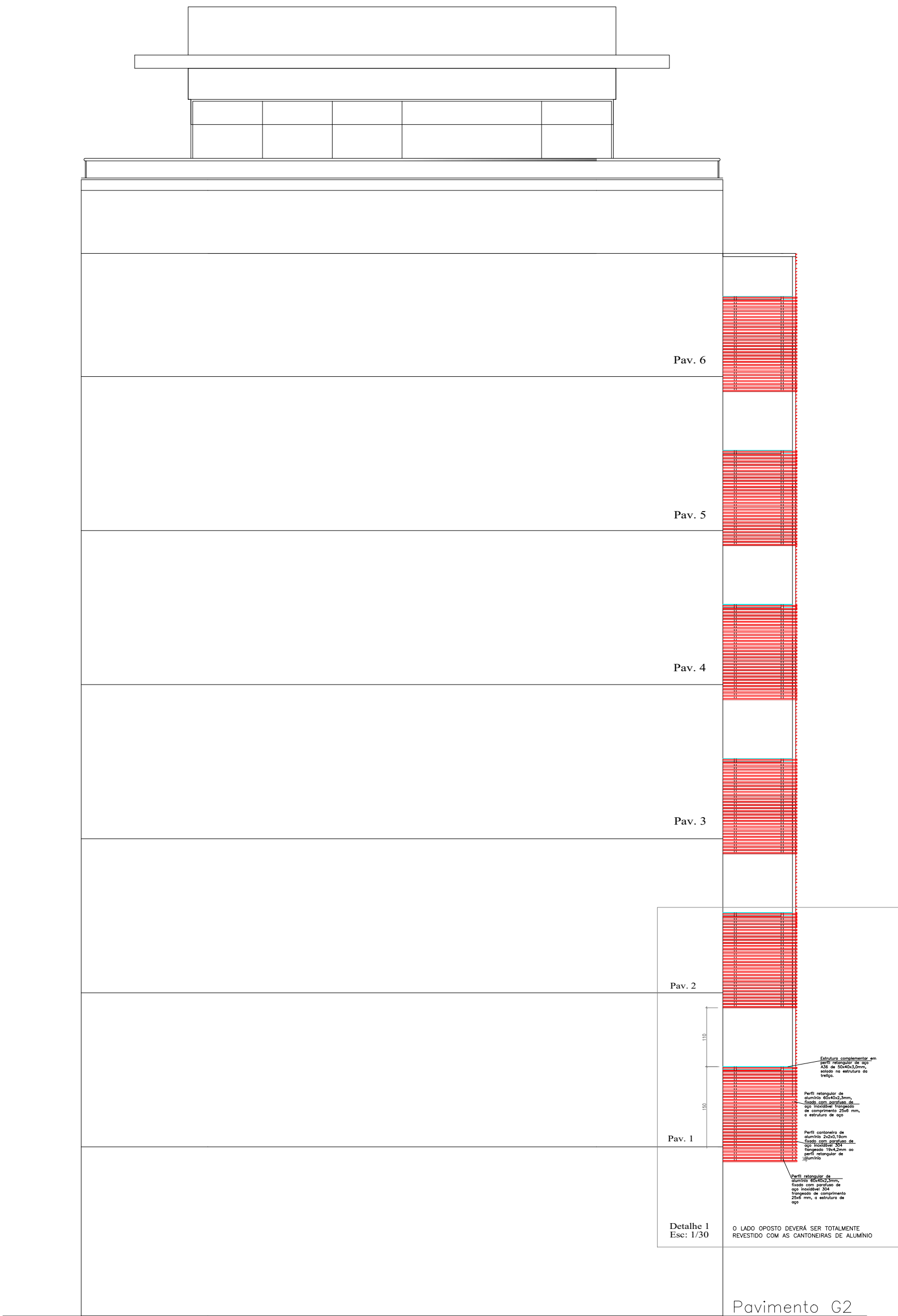
Fachada Fundos - sem o fechamento lateral da brise  
Torres I - Condomínio Elias Daux  
MPF - PRSC  
Esc: 1/75



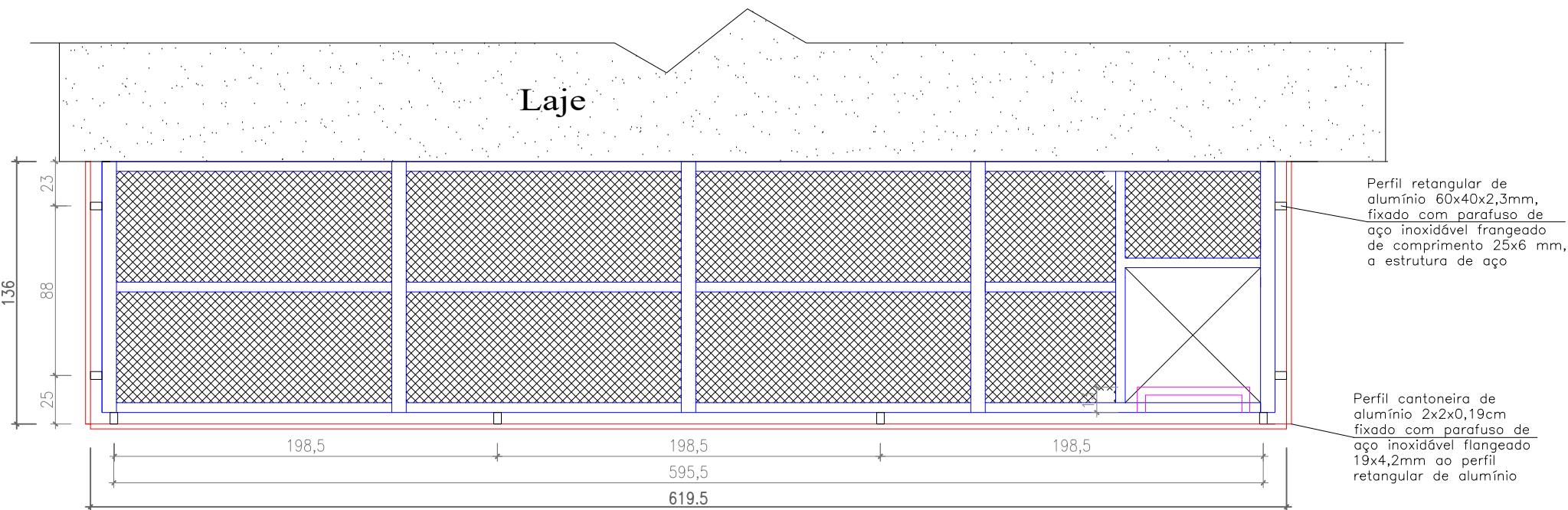
Fachada Fundos - sem o fechamento lateral da brise  
Torres I - Condomínio Elias Daux  
MPF - PRSC  
Esc: 1/75



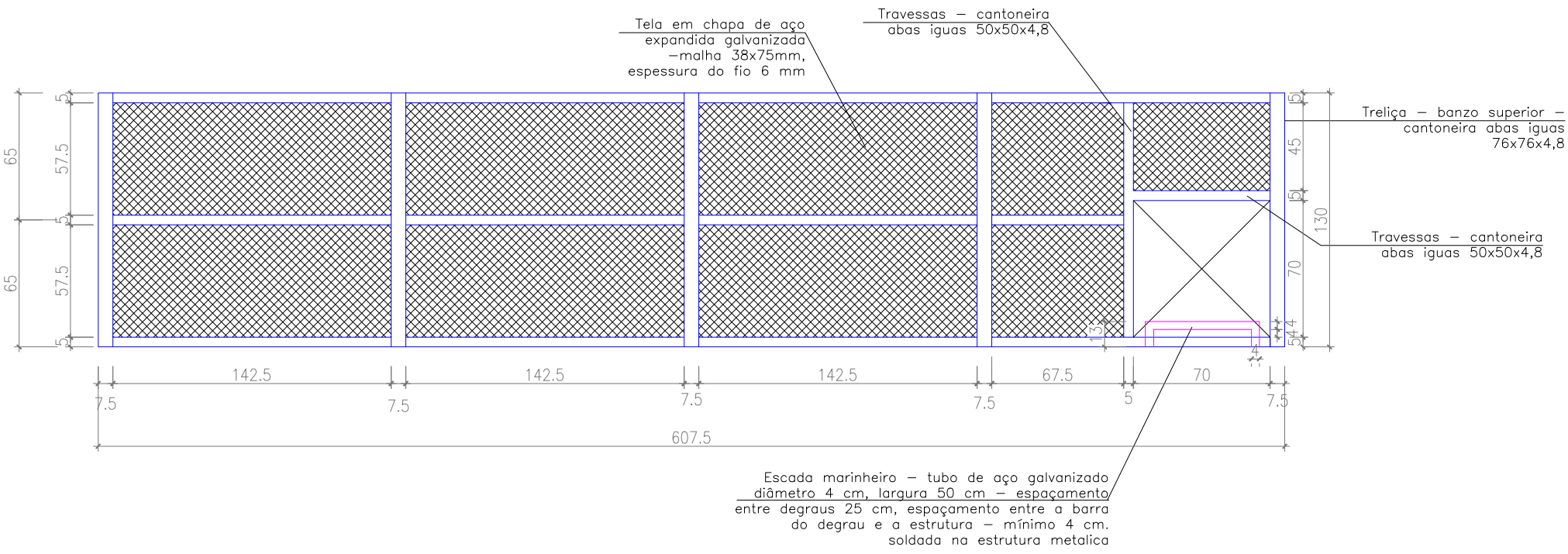
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL		
Procuradoria da Republica em SC		
PROJETO SHAFT CLIMATIZAÇÃO		Prancha 01/03
Conteúdo		
Torre I – Condomínio Luiz Eliz Daux		
Fachada Fundos – sem o fechamento da brise lateral		
Fachada Lateral – sem o fechamento da brise frontal		
Detalhamento da treliça e Detalhes gerais		
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO SC/MPF PROPRIETÁRIO		Eng. Civil Evaldo H. Cardoso Neto CREA SC792410
Arquivo .dwg	Data MAIO/2025	Escala Ind.



Fachada Fundos - com o fechamento da brise  
Torres I - Condomínio Elias Daux  
MPF - PRSC  
Esc: 1/75



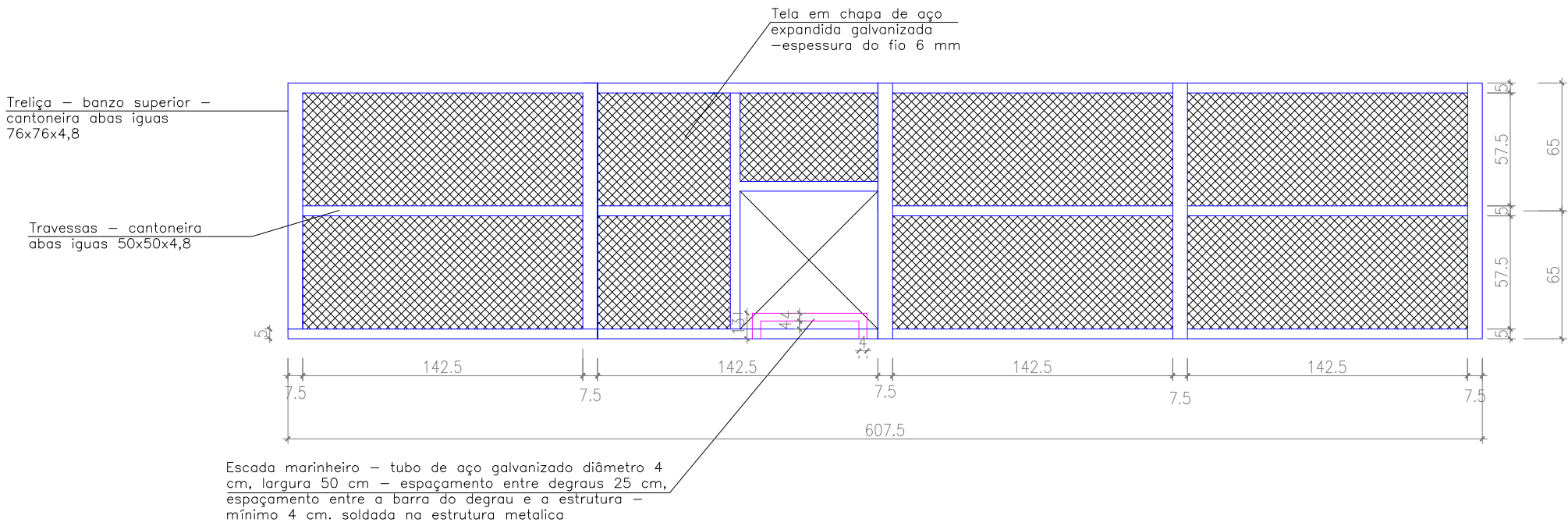
Detalhe - planta baixa - marquise com brise de alumínio  
Pav. 1, 2, 5 e 6



Detalhe - planta baixa - marquise - torres I e III

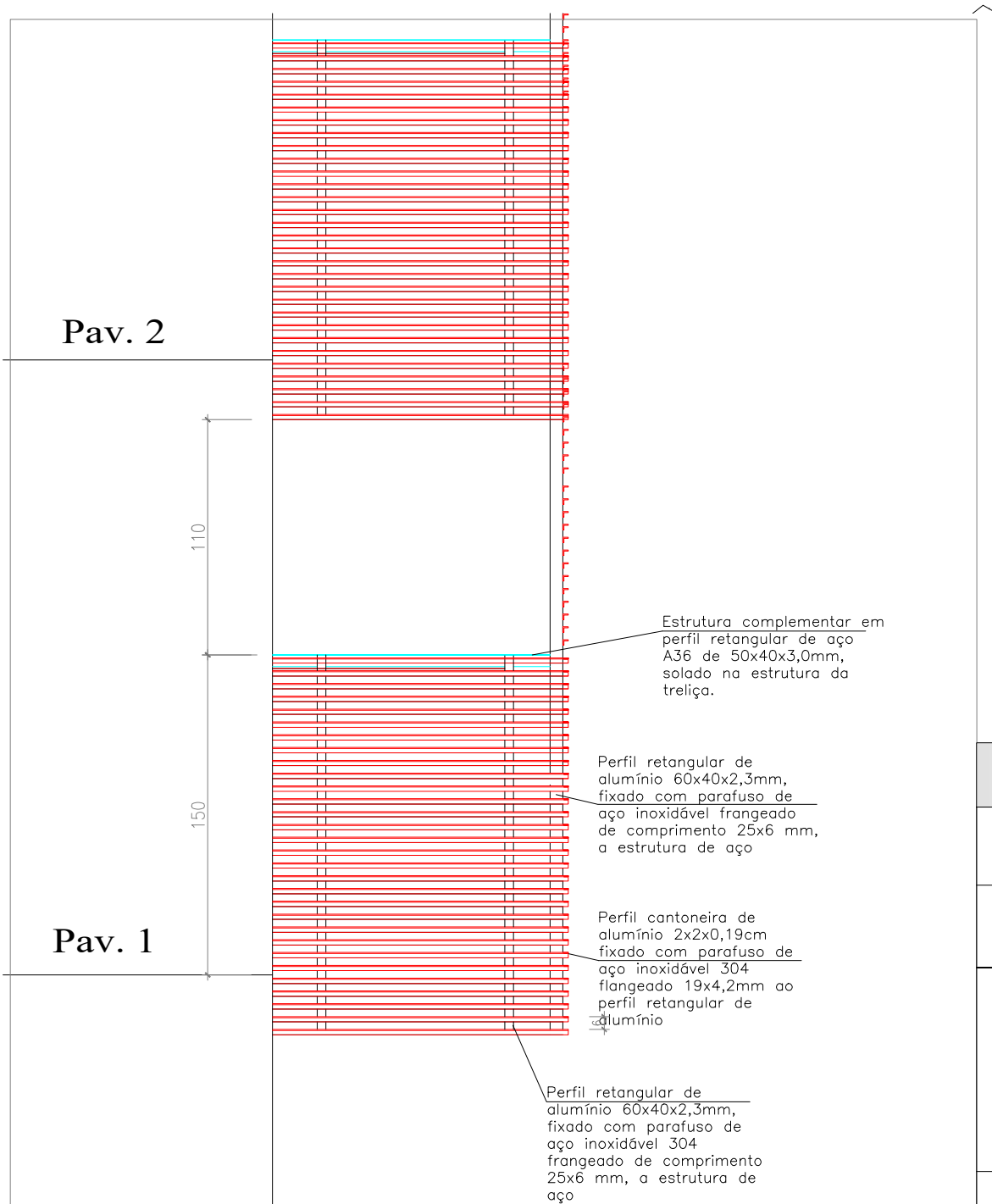
Pav. 1, 2, 5 e 6

Obs: a marquise do 1º andar da torre 3 não terá abertura.  
O acesso será lateral conforme projeto.



Detalhe - planta baixa - marquise - torres I e III

Pav. 3 e 4



Pav. 2

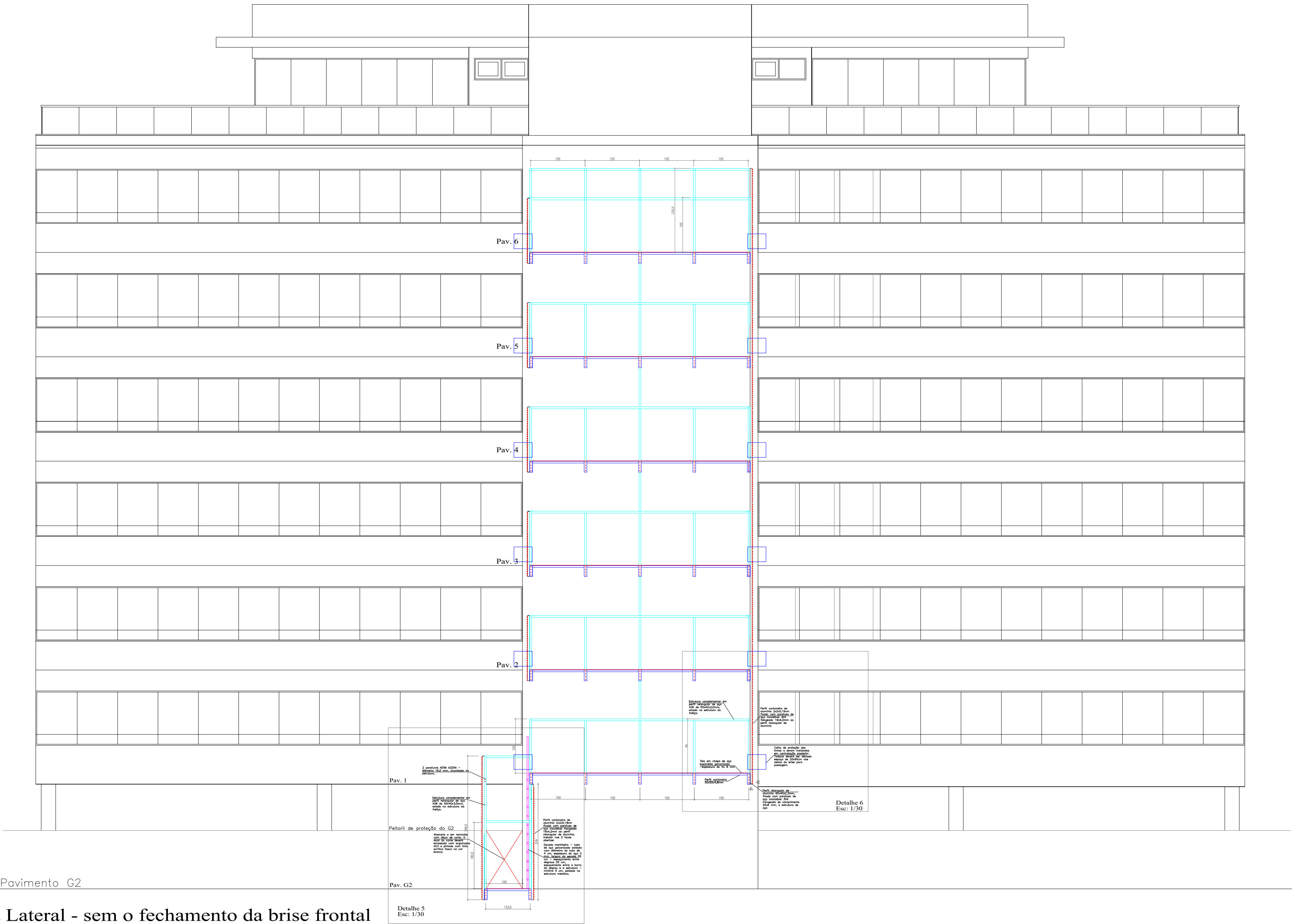
Pav. 1

Detalhe 1  
Esc: 1/30

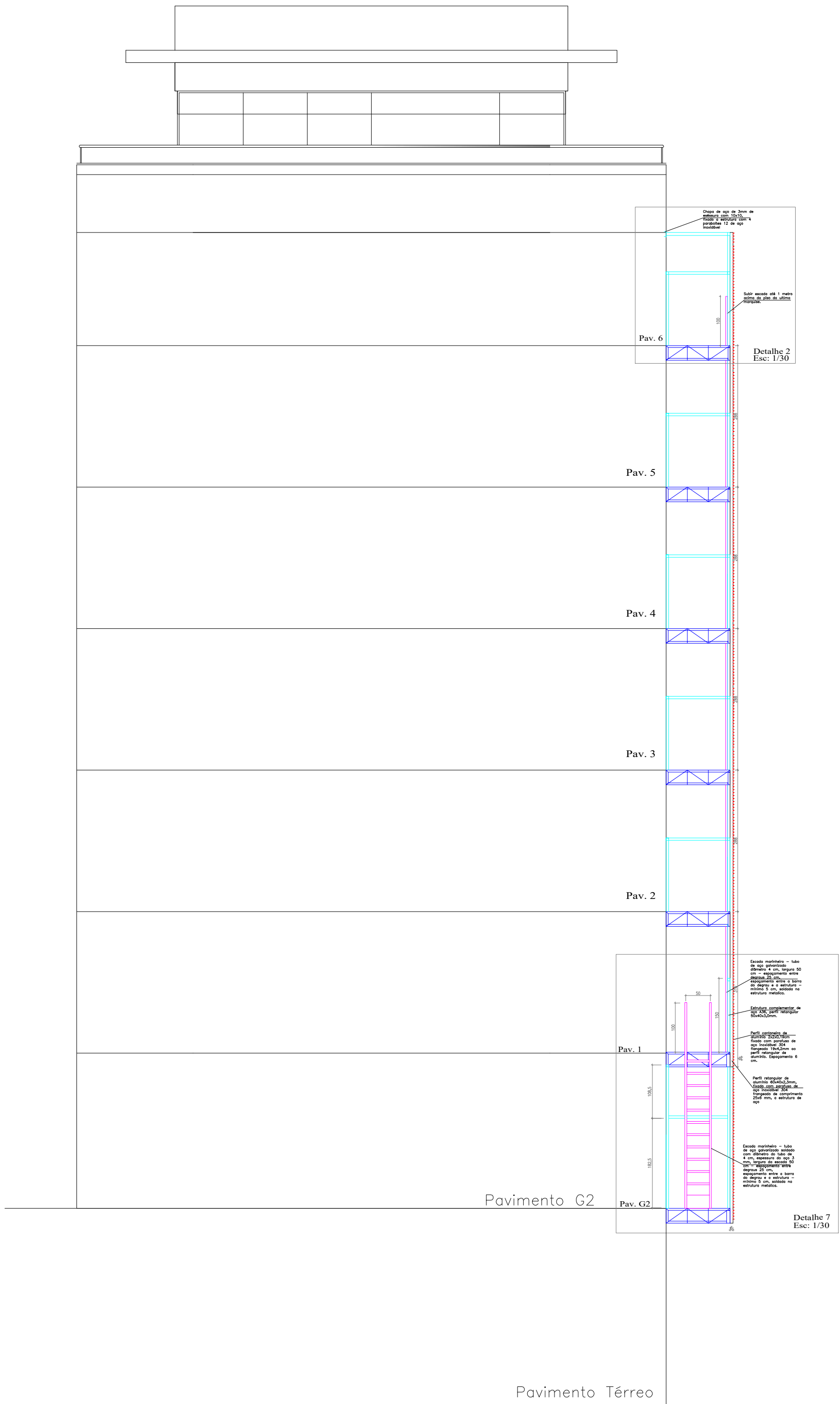
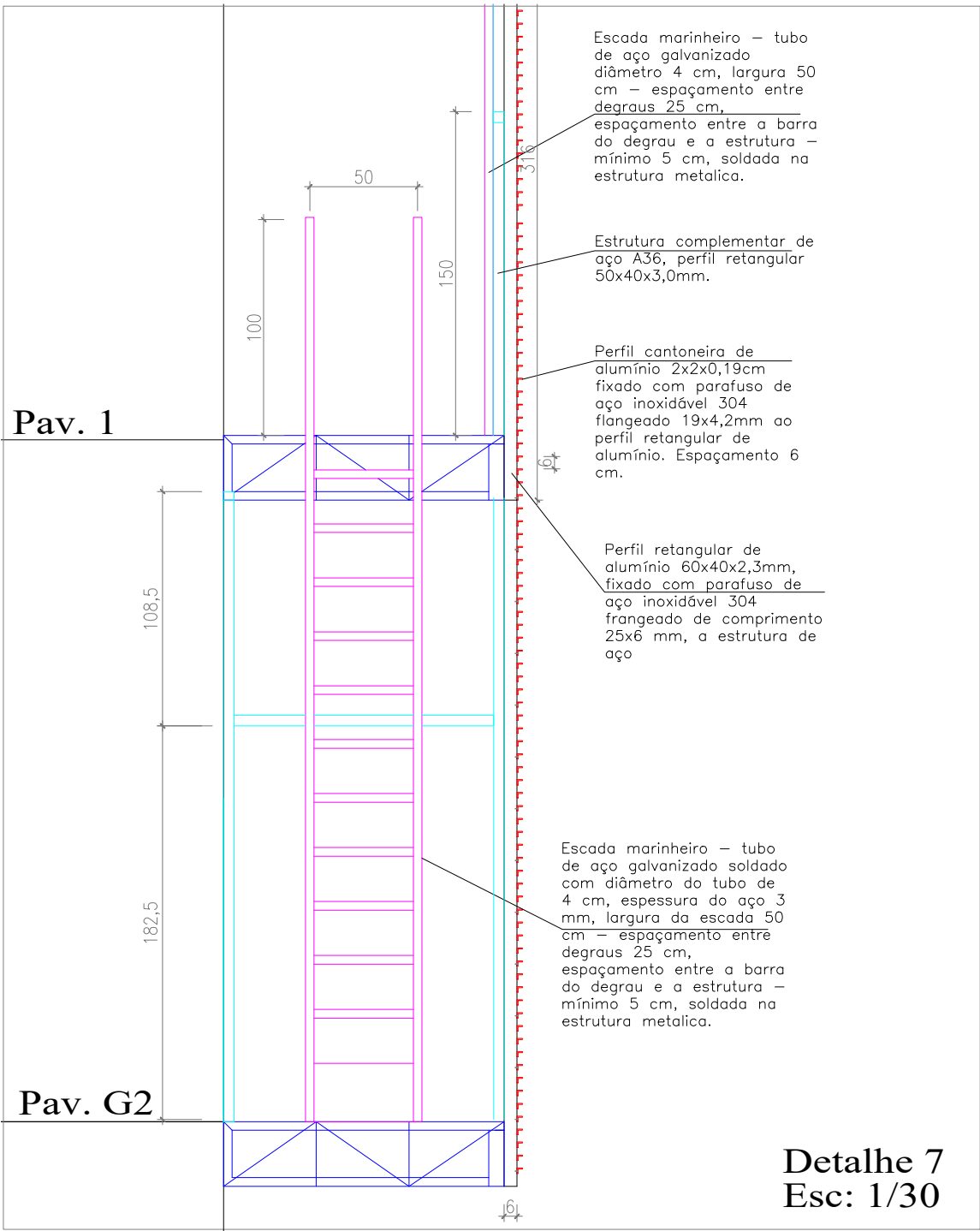
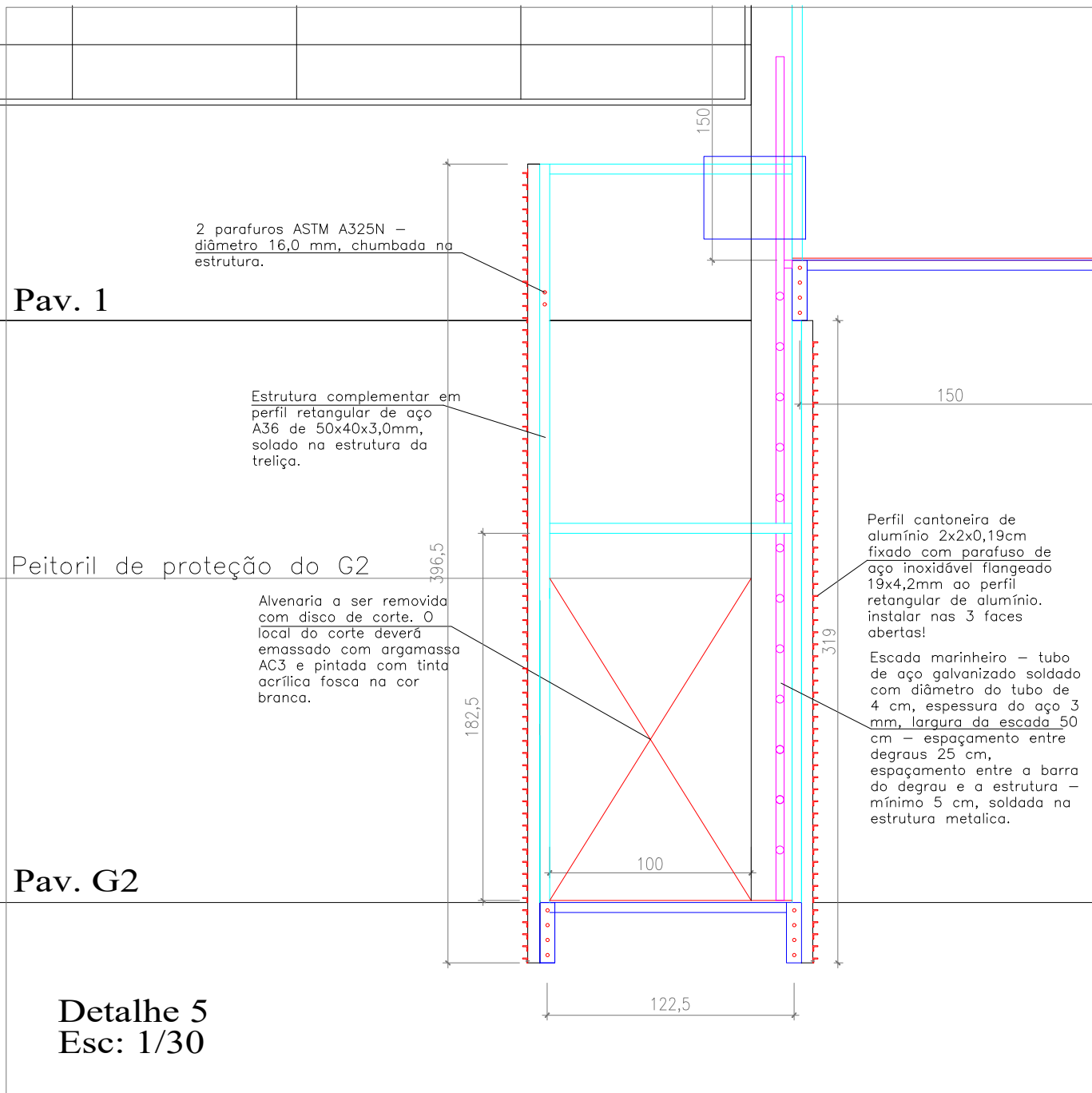
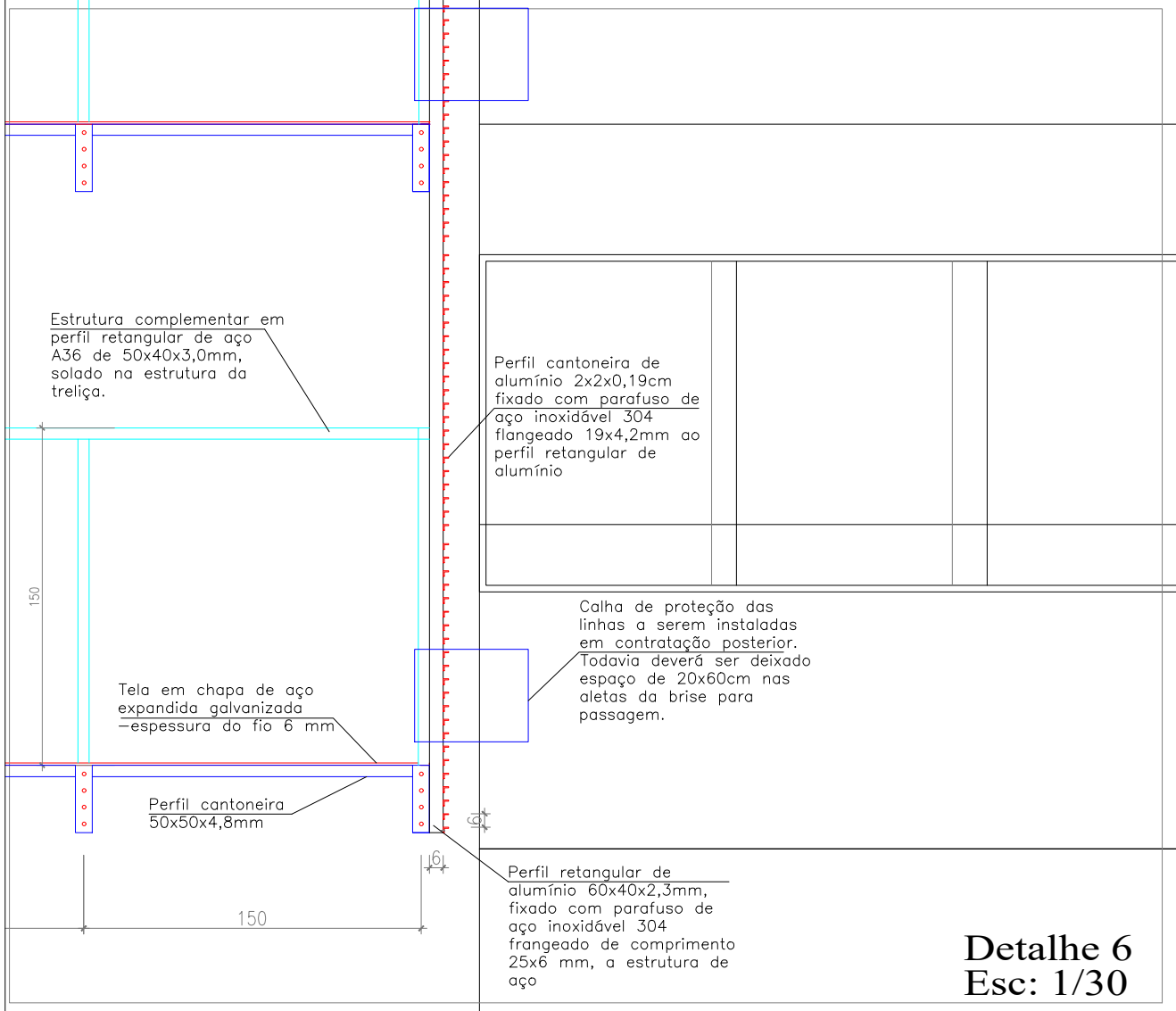
O LADO OPOSTO DEVERÁ SER TOTALMENTE  
REVESTIDO COM AS CANTONEIRAS DE ALUMÍNIO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL		
Procuradoria da Republica em SC		
PROJETO SHAFT CLIMATIZAÇÃO		Prancha 02/03
Conteúdo		
Torre I – Condomínio Luiz Eliz Daux Fachada Fundos, com fechamento da brise lateral Detalhe – Planta Baixa – Marquise Detalhe Gerais		
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO SC/MPF PROPRIETÁRIO		
Eng. Civil Evaldo H. Cardoso Neto CREA SC792410		
Arquivo .dwg	Data MAIO/2025	Escala Ind.

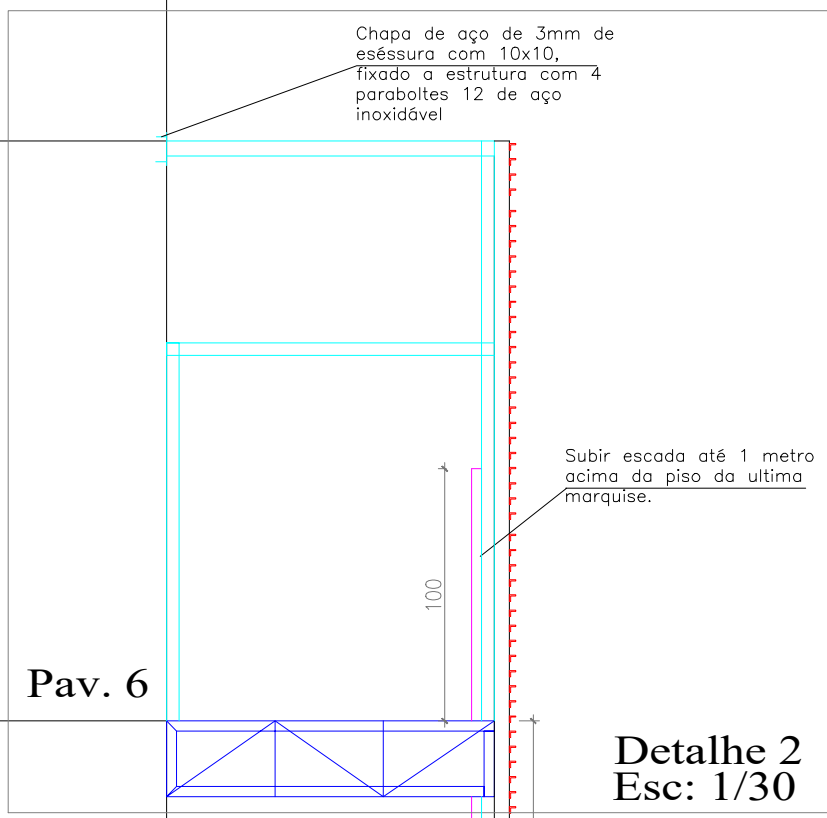




Fachada Lateral - sem o fechamento da brise frontal  
Torre III - Condomínio Elias Daux  
MPF - PRSC  
Esc: 1/75



Fachada Fundos - sem o fechamento lateral da brise  
Torres III - Condomínio Elias Daux  
MPF - PRSC  
Esc: 1/75



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL			
Procuradoria da Republica em SC			
PROJETO SHAFT CLIMATIZAÇÃO			Prancha 03/03
Conteúdo			
Torre III – Condomínio Luiz Eliz Daux			
Fachada Lateral – sem o fechamento da brise frontal			
Fachada Fundos – sem o fechamento lateral da brise			
Detalhe Gerais			
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO SC/MPF PROPRIETÁRIO			Eng. Civil Evaldo H. Cardoso Neto CREA SC792410
Arquivo .dwg	Data MAIO/2025	Escala Ind.	

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

APÊNDICE II - Planilha Orçamentária (Preço Máximo Aceitável e Modelo para Apresentação de Proposta)

Item	Descrição dos Serviços			UNID.	QUANT.	Material		Mão de Obra		PREÇO UNITARIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
						Unitário	Sub-Total	Unitário	Sub-Total		
SHAFT METÁLICO PARA MANUTENÇÃO DAS CONDENSADORAS											
1.			Torre I								
1.	1.		Marquises								
1.	1.	1.	Treliça de aço ASTM A36, composta por antoneiras de abas iguais de 76x76x4,8 mm e 50x50x,48mm, soldadas com solda MIG com arame ER70S-6 (conforme projeto), incluindo 4 parafusos de aço ASTM A325 Tipo 1 - Gerdau, diâmetro 16 mm com comprimento de ancoragem de 26 cm, fixados com adesivo epóxi Âncora QEP 400, incluindo furação de concreto, movimentação vertical da estrutura no prédio e demais serviços necessários a completa instalação da estrutura. <b>TODO MATERIAL GALVANIZADO A QUENTE (mergulhado em um banho de zinco fundido a cerca de 450°C, formando uma camada espessa de zinco e ligas zinco-ferro).</b>	Kg	805,12					27,37	22.032,01
1.	1.	2.	Cantoneira 50x50x,48mm, soldada as treliças com eletrodos E70XX, para estruturação do piso entre as treliças (longarinas). <b>TODO MATERIAL GALVANIZADO A QUENTE (mergulhado em um banho de zinco fundido a cerca de 450°C, formando uma camada espessa de zinco e ligas zinco-ferro).</b>	Kg	476,98					27,37	13.052,61
1.	1.	3.	Tela de chapa de aço expandida, malha 38x75mm, espessura do fio 6mm, soldada as treliças com eletrodos E70XX. <b>TODO MATERIAL GALVANIZADO A QUENTE (mergulhado em um banho de zinco fundido a cerca de 450°C, formando uma camada espessa de zinco e ligas zinco-ferro).</b>	Kg	618,03					27,37	16.912,39
1.	1.	4.	Estrutura de aço complementar em aço A36, perfil retangular, 50x40x3,0mm, soldada a treliça com eletrodo E70XX. <b>TODO MATERIAL GALVANIZADO A QUENTE (mergulhado em um banho de zinco fundido a cerca de 450°C, formando uma camada espessa de zinco e ligas zinco-ferro).</b>	Kg	513,01					27,37	14.038,49
1.	2.		Brises								
1.	2.	1.	Brise montada em perfis de alumínio anodizado retangular de 60x40x2,3mm, fixados a estrutura de aço com parafusos flangeados de aço inoxidável de 6 mm de espessura, inclui ainda revestimento (conforme projeto) de perfis de alumínio anodizado em "L" de 2x2 cm, <b>fixados aos montantes de alumínio por meio de parafusos de aço inoxidável 304 de espessura de 4,2mm.</b>	M2	156,00					770,69	120.227,21
1.	3.		Escada								
1.	3.	1.	Escada tipo marinho - tubo de aço galvanizado soldado com diâmetro do tubo de 4 cm, espessura da parede do aço 3 mm, largura da escada 50 cm - espaçamento entre degraus 25 cm, espaçamento entre a barra do degrau e a estrutura - mínimo 5 cm, soldada na estrutura metálica. <b>TODO MATERIAL GALVANIZADO A QUENTE (mergulhado em um banho de zinco fundido a cerca de 450°C, formando uma camada espessa de zinco e ligas zinco-ferro).</b>	Kg	168,78					27,37	4.618,77
1.	4.		Pintura								
1.	4.	1.	Pintura com pistola, duas demãos de tinta epóxi bi-cmponente na cor cinza (em toda a estrutura de aço, incluindo escadas).	M2	319,20					26,75	8.538,60
1.	5.		Andaime								

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

APÊNDICE II - Planilha Orçamentária (Preço Máximo Aceitável e Modelo para Apresentação de Proposta)

Item			Descrição dos Serviços	UNID.	QUANT.	Material		Mão de Obra		PREÇO UNITARIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
						Unitário	Sub-Total	Unitário	Sub-Total		
1.	5.	1.	Locação de andaime suspenso, tipo jau (balancin), com motor elétrico, plataforma de 8 x 80cm (ou 2 plataformas de 4 metros de comprimento), cabo mínimo para 30 metros de altura, incluindo mesa de apoio e demais acessórios a perfeita ancoragem do equipamento na cobertura da edificação.	MÊS	1,50					9.583,33	14.375,00
			<b>Total parcial (R\$)</b>								<b>213.795,09</b>
<b>2.</b>			<b>Torre III</b>								
2.	1.		<b>Marquises</b>								
2.	1.	1.	Trelça de aço ASTM A36, composta por cantoneiras de abas iguais de 76x76x4,8 mm e 50x50x,48mm, soldadas com solda MIG com arame ER70S-6 (conforme projeto), incluindo 4 parafusos de aço ASTM A325 Tipo 1 - Gerdau, diâmetro 16 mm com comprimento de ancoragem de 26 cm, fixados com adesivo epóxi. Âncora QEP 400, incluindo furação de concreto, movimentação vertical da estrutura no prédio e demais serviços necessários a completa instalação da estrutura. <b>TODO MATERIAL GALVANIZADO A QUENTE (mergulhado em um banho de zinco fundido a cerca de 450°C, formando uma camada espessa de zinco e ligas zinco-ferro).</b>	Kg	858,79					27,37	23.500,81
2.	1.	2.	Cantoneira 50x50x,48mm, soldada as treliças com eletrodos E70XX, para estruturação do piso entre as treliças (longarinas). <b>TODO MATERIAL GALVANIZADO A QUENTE (mergulhado em um banho de zinco fundido a cerca de 450°C, formando uma camada espessa de zinco e ligas zinco-ferro).</b>	Kg	490,27					27,37	13.416,18
2.	1.	3.	Tela de chapa de aço expandida, malha 38x75mm, espessura do fio 6mm, soldada as treliças com eletrodos E70XX. <b>TODO MATERIAL GALVANIZADO A QUENTE (mergulhado em um banho de zinco fundido a cerca de 450°C, formando uma camada espessa de zinco e ligas zinco-ferro).</b>	Kg	641,92					25,06	16.088,06
2.	1.	4.	Estrutura de aço complementar em aço A36, perfil retangular, 50x40x3,0mm, soldada a trelça com eletrodo E70XX. <b>TODO MATERIAL GALVANIZADO A QUENTE (mergulhado em um banho de zinco fundido a cerca de 450°C, formando uma camada espessa de zinco e ligas zinco-ferro).</b>	Kg	537,22					27,37	14.701,00
2.	2.		<b>Brises</b>								
2.	2.	1.	Brise montada em perfis de alumínio anodizado retangular de 60x40x2,3mm, fixados a estrutura de aço com parafusos flangeados de aço inoxidável de 6 mm de espessura, inclui ainda revestimento (conforme projeto) de perfis de alumínio anodizado em "L" de 2x2 cm, <b>fixados aos montantes de alumínio por meio de parafusos de aço inoxidável 304 de espessura de 4,2mm.</b>	M2	170,22					770,69	131.186,38
2.	3.		<b>Escada</b>								
2.	3.	1.	Escada tipo marinho - tubo de aço galvanizado soldado com diâmetro do tubo de 4 cm, espessura da parede do aço 3 mm, largura da escada 50 cm - espaçamento entre degraus 25 cm, espaçamento entre a barra do degrau e a estrutura - mínimo 5 cm, soldada na estrutura metálica. <b>TODO MATERIAL GALVANIZADO A QUENTE (mergulhado em um banho de zinco fundido a cerca de 450°C, formando uma camada espessa de zinco e ligas zinco-ferro).</b>	Kg	214,82					27,37	5.878,44

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

APÊNDICE II - Planilha Orçamentária (Preço Máximo Aceitável e Modelo para Apresentação de Proposta)

Item			Descrição dos Serviços	UNID.	QUANT.	Material		Mão de Obra		PREÇO UNITARIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
						Unitário	Sub-Total	Unitário	Sub-Total		
2.	4.		Portão								
2.	4.	1.	Portão de acesso ao shatf, na entrada do G2, com dimensões de 1,00x2,40, confeccionado em barras chatas de aço 25x4,8mm, incluindo dobradiça, trinco de fechamento e cadeado tamanho 30. <b>TODO MATERIAL GALVANIZADO A QUENTE (mergulhado em um banho de zinco fundido a cerca de 450°C, formando uma camada espessa de zinco e ligas zinco-ferro).</b>	M2	2,40					930,85	2.234,04
2.	5.		Pintura								
2.	5.	1.	Pintura com pistola, duas demãos de tinta epóxi bi-componente na cor cinza (em toda a estrutura de aço, incluindo escadas).	M2	327,24					26,75	8.753,67
2.	6.		Andaime								
2.	6.	1.	Locação de andaime suspenso, tipo jau (balancin), com motor elétrico, plataforma de 8 x 80cm (ou 2 plataformas de 4 metros de comprimento), cabo mínimo para 30 metros de altura, incluindo mesa de apoio e demais acessórios a perfeita ancoragem do equipamento na cobertura da edificação.	MÊS	1,50					9.583,33	14.375,00
			Total parcial (R\$)								230.133,58
3.			Serviços complementares								
3.	1.		Engenheiro								
3.	1.	1.	Acompanhamento por engenheiro civil - responsável técnico pela execução da obra com ART/CREA - 2 horas diárias no local da obra na fase de instalação	Mês	3,00					16.177,70	48.533,10
			Total parcial (R\$)								48.533,10
TOTAL GERAL											492.461,77

PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL para cada item e subitem da planilha.

$$BDI = [(1/(1-IMP)) * (1+RIS) * (1+DF) * (1+ADM) * (1+LB) - 1]$$

<b>BDI = %(*)</b>		
1 – Bonificação – Lucro Bruto (LB) (*)	0,00%	%
2 – Administração Central (ADM) (*)	0,00%	%
3 – Impostos e taxas (IMP) (**) - somatório dos itens 3.1, 3.2 e 3.3	0,00%	%
3.1 – PIS (**)	0,00%	%
3.2 – ISS sobre M.O. (**)	0,00%	%
3.3 – COFINS (**)	0,00%	%
4 – Despesas financeiras e seguros (DF)	0,00%	%
5 – Riscos e imprevistos (RIS)	0,00%	%
<b>BDI</b>	0,00%	%

(\*) A critério da Licitante. (\*\*) Conforme legislação local.

**Prazo de validade da proposta:** 60 (sessenta) dias contados da data de entrega da proposta

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

**APÊNDICE II - Planilha Orçamentária (Preço Máximo Aceitável e Modelo para Apresentação de Proposta)**

Item	Descrição dos Serviços	UNID.	QUANT.	Material		Mão de Obra		PREÇO UNITARIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
				Unitário	Sub-Total	Unitário	Sub-Total		

(representante da empresa)

DATA:....., ..... de..... de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

**APÊNDICE IV – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	TOTAL
01	AQUISIÇÃO DO MATERIAL, CORTE, SOLDAGEM E GALVANIZAÇÃO A FOGO DA ESTRUTURA DE AÇO E AQUISIÇÃO E CORTE DOS PERFIS PARA O BRISE DE ALUMÍNIO – TORRES I E III– MEDIÇÃO REALIZADA NA FÁBRICA	R\$ 147.738,53	66.482,34	66.482,34	14.773,85	0,00	0,00	147.738,53
		30,00%	45,00%	45,00%	10,00%	0,00%	0,00%	100,00%
02	TORRE I – MONTAGEM DE ANDAIME, MONTAGEM DA ESTRUTURA DE AÇO E MONTAGEM DA BRISE DE ALUMÍNIO E PINTURA COM EPÓXI	R\$ 147.738,53	0,00	0,00	36.934,63	110.803,90	0,00	147.738,53
		30,00%		0,00%	25,00%	75,00%	0,00%	100,00%
03	TORRE III – MONTAGEM DE ANDAIME, MONTAGEM DA ESTRUTURA DE AÇO E MONTAGEM DA BRISE DE ALUMÍNIO E PINTURA COM EPÓXI	R\$ 196.984,71	0,00	0,00	0,00	49.246,18	147.738,53	196.984,71
		40,00%		0,00%	0,00%	25,00%	75,00%	100,00%
TOTAL ACUMULADO		R\$ 492.461,77	66.482,34	66.482,34	51.708,49	160.050,08	147.738,53	492.461,77
			13,50%	13,50%	10,50%	32,50%	30,00%	100,00%

OBS: conforme item 4.4.1.1. do Termo de Referência, as medições e pagamentos de serviços/materiais não dispostos na PRSC, ficará restrito a 30% do valor total contratado.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA  
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

**PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 90004/2026**  
**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA FINAL**

À Procuradoria da República em Santa Catarina – PR/SC

Proposta referente ao PREGÃO nº 90004/2026.

**PROPOSTA**

Item	Descrição	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Total (R\$)
1	Contratação de serviços comuns de engenharia para confecção de uma shaft metálico que servirá de suporte para a instalação e a manutenção do futuro sistema de climatização da Procuradoria da República em Santa Catarina	1	Serviço	

**Valor Total do Grupo:** R\$ \_\_\_\_\_,\_\_\_\_

**Validade da Proposta:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2026 (mínimo 60 DIAS)

**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES A PROPOSTA**

**Esta proposta é acompanhada da seguinte documentação complementar:**

1. Planilha Orçamentária (Preço Máximo Aceitável e Modelo para Apresentação de Proposta), conforme [modelo disponível no Apêndice II do Termo de Referência](#), em formato PDF e editável;
2. Cronograma Físico-Financeiro, conforme [modelo disponível no Apêndice III do Termo de Referência](#), em formato PDF e editável.
3. Declaração de Regularidade – Resolução CNMP Nº 37/2009;
4. Declaração de Regularidade Social;
5. Declaração Por Não Ultrapassar a Receita Bruta Máxima Admitida para Enquadramento como EPP;
6. Declaração de Optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos Pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) **(Se for o caso)**

**DECLARAÇÕES**

1. Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação
2. Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no edital e nos seus anexos, bem como verificamos todas as especificações neles contidas, não havendo nenhuma discrepância entre quaisquer informações e/ou documentos que dele fazem parte, e estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assim como de qualquer



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, erros ou omissões existentes nesta proposta.

3. Declaramos que estamos cientes do estabelecido no item 4.4 do Termo de Referência, relativo a exigência de Contratação de 30% (trinta por cento) do valor total da contratação.

**DADOS DO PROPONENTE**

<b>Empresa:</b>				
<b>CNPJ:</b>				
<b>Representante Legal da Empresa:</b>				
<b>Endereço:</b>				
<b>Cidade:</b>		<b>Estado:</b>	<b>CEP:</b>	
<b>Telefone:</b>		<b>E-Mail:</b>		
<b>Banco (Nome e Código):</b>				
<b>Conta Corrente:</b>	<b>Agência (Código):</b>		<b>Praça:</b>	
<b>MEI, ME ou EPP</b>	<b>(    ) MEI</b>	<b>(    ) ME</b>	<b>(    ) EPP</b>	<b>(    ) OUTRO PORTE</b>
<b>Optante do Simples:</b>	<b>(    ) SIM**</b>		<b>(    ) NÃO</b>	

(\*) Caso seja optante pelo Simples, anexar declaração conforme modelo constante no Anexo IV da Instrução Normativa RFB Nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 (DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO XI DO ART. 4º)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
**Nome do Responsável/Assinatura/cargo**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA  
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

---

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 90004/2026– PR/SC  
ANEXO III - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

**IDENTIFICAÇÃO**

**NOME EMPRESA:**

**CNPJ:**

**NOME DECLARANTE:**

**CPF:**

**CARGO:**

**DECLARO**, nos termos do art. 3º da Resolução nº 37, de 28.4.2009 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, para fins de contratação junto à Procuradoria da República em Santa Catarina, que:

( ) os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **não são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

( ) os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, abaixo identificado(s):

Nome do membro ou servidor:

Cargo:

Órgão de Lotação:

Grau de Parentesco:

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
**Nome do Responsável/Assinatura**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

**PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 90004/2026 – PR/SC**  
**ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE SOCIAL**

**IDENTIFICAÇÃO**

**NOME EMPRESA:**

**CNPJ:**

**NOME DECLARANTE:**

**CPF:**

**CARGO:**

**DECLARO**, para fins de contratação junto à Procuradoria da República em Santa Catarina, que esta empresa, bem como seus dirigentes:

- Não foram condenados por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010;
- Não praticam, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nos 29 e 105.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

**Nome do Responsável/Assinatura**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

**ANEXO V - DECLARAÇÃO POR NÃO ULTRAPASSAR A RECEITA BRUTA MÁXIMA**  
**ADMITIDA PARA ENQUADRAMENTO COMO EPP**

**IDENTIFICAÇÃO**

**NOME EMPRESA:**

**CNPJ:**

**NOME DECLARANTE:**

**CPF:**

**CARGO:**

**DECLARO**, para fins de contratação junto à Procuradoria da República em Santa Catarina, que esta empresa, no ano-calendário de realização da presente contratação direta, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

**Nome do Responsável/Assinatura**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

---

**DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO XI DO ART. 4º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012**

**PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 90004/2026– PR/SC**

**DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO REGIME ESPECIAL UNIFICADO DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES DEVIDOS PELAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (SIMPLES NACIONAL)**

**A Procuradoria da República em Santa Catarina**

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx, DECLARA à Procuradoria da República em Santa Catarina, para fins de não incidência na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à entidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

**Nome do Responsável/Assinatura**





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

**MINUTA**

**TERMO DE CONTRATO Nº xx/2026**

**QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO FEDERAL E A EMPRESA  
XXXXXXXXXX.**

A União, por intermédio da **Procuradoria da República em Santa Catarina**, com sede na Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, nº 4876, Edifício Luiz Elias Daux, Bairro Agrônômica – Florianópolis/SC, CEP 88025-255, e-mail [prsc-contratos@mpf.mp.br](mailto:prsc-contratos@mpf.mp.br), inscrita no CNPJ nº 26.989.715/0029-03, neste ato representada pelo Secretário Estadual Maximiliano Eller, matrícula funcional nº 20787, nomeado pela Portaria nº 326, de 04 de agosto de 2014, publicada no DOU de 06 de agosto de 2014, ou, na sua impossibilidade, pelo Secretário Estadual Substituto Adriano Bernardi Pereira Duarte, matrícula funcional nº 12100, nomeado pela Portaria nº 339, de 07 de agosto de 2014, publicada no DOU de 14 de agosto de 2014, pelas delegações de atribuições da Portaria PR/SC nº 482, de 05 de setembro de 2023, publicada no DMPF-E de 12 de setembro de 2023, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) ....., *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº 1.33.000.001185/2025-30 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico n. .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1 Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de estrutura metálica para confecção de uma shaft metálico que servirá de suporte para a instalação e a manutenção do futuro sistema de climatização da Procuradoria da República em Santa

Catarina, nos termos dos projetos, cronograma físico-financeiro e planilha de quantitativos apêndices e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Objeto	Und	Qtidade	Valor Unt	Valor Total
1	Contratação de serviços comuns de engenharia para confecção de uma shaft metálico que servirá de suporte para a instalação e a manutenção do futuro sistema de climatização da Procuradoria da República em Santa Catarina, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.	Serviço	01		

**Parágrafo Único** - Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e ao Termo de Referência, identificados no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados **a partir do dia \_\_/\_\_/2026**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

**Parágrafo Primeiro** – Dentro da vigência do contrato estão previstos todos os serviços, não apenas os serviços de entrega, mas também as demais obrigações e prazos contidos no Termo de Referência, bem como os procedimentos de recebimentos provisório e definitivo. Destaca-se que os serviços contratados só poderão ser executados durante a vigência do contrato, não restando nenhuma obrigação para as partes contratantes após o término da vigência contratual.

**Parágrafo Segundo** – No início de cada exercício financeiro, a continuidade do contrato deve ser avaliada, sujeita à disponibilidade de recursos orçamentários para o próximo exercício e à certificação, por parte da autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem favoráveis para a Administração. É permitida a negociação com o CONTRATADO ou a rescisão do contrato sem encargos para ambas as partes, conforme estipulado na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – ESPECIFICAÇÕES, REQUISITOS, MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1 As especificações, os requisitos, o regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nos termos do Subitem 4.3 do termo de Termo de Contrato nº **xx**/2026

referência.

4.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3. Aplicam-se às subcontratadas as mesmas exigências técnicas, vedações e requisitos de regularidade fiscal e trabalhista impostos à Contratada.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1 O valor do contrato é de **XXXXXX (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)**, conforme tópico 13 do Termo de Referência.

**Parágrafo Único** - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE**

6.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da proposta, em **xx/xx/2026**.

6.2. Após o interregno de um ano da data do orçamento referenciado no subitem 6.1, o Contratante deverá iniciar o procedimento para reajuste do valor do contrato, mediante a aplicação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, cientificando a Contratada do início da instrução.

6.2.1 Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.2.2 Não iniciado o procedimento de reajuste pela Contratante, compete à contratada solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a contratada suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente a sua inércia.

6.2.3 Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice definido no subitem 6.2, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da contratada, do percentual a ser reajustado.

6.2.3.1 Em caso de ausência de manifestação da Contratada sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pelo Contratante.

6.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante poderá pagar ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7 O reajuste poderá ser concedido por apostilamento ou mediante termo aditivo, quando coincidente com a sua instrução e conveniente para a Administração.

6.8 As disposições previstas nesta cláusula não impedem a negociação entre os contratantes, a qualquer tempo, a fim de se estabelecer valores mais vantajosos para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA SÉTIMA– DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO**

7.1 A forma de faturamento e o prazo para pagamento à CONTRATADA, bem como as demais condições encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1 Caberá ao CONTRATANTE:

8.1.1 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

8.1.2 Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;

8.1.3 Conferir o(s) serviço(s) especificado(s) e registrar as divergências quanto à quantidade e/ou qualidade previstas;

8.1.4 Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA;

8.1.5 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA nos prazos previstos na legislação em vigor, após o cumprimento das formalidades legais;

8.1.6 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.7 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.1.8 O CONTRATANTE, por intermédio de servidor(es) nomeado(s), reserva-se o direito de exercer a gestão e fiscalização sobre os serviços contratados, ficando a cargo da Secretaria de Administração (SA/MPF) aplicar ou propor a aplicação das penalidades previstas neste Contrato ou rescindir o contrato, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das prescrições estabelecidas;

8.1.9 Será(ão) nomeado(s) servidor(es), que ficará(ão) responsável(eis) pela, gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas. Ademais, caberá ao(s) Gestor(es) atestar a nota fiscal quando do recebimento definitivo, o que não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA;

8.1.9.1 O(s) servidor(es) nomeado(s) para atuarem na gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado terá(ão) poderes para:

- a) Definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis;
- b) Suspender o fornecimento do objeto contratado, total ou parcialmente, a qualquer tempo, no caso de não atendimento aos parâmetros estabelecidos no Termo de Referência, submetendo o assunto à consideração da SA/MPF, para providências;
- c) Recusar qualquer serviço que não for entregue dentro dos parâmetros estabelecidos no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas quanto à prestação do(s) serviço(s):

9.1.1. Indicar formalmente seu preposto;

9.1.2. Planejar a execução e a supervisão dos serviços;

9.1.3. Realizar os serviços na quantidade, prazos e qualidades especificados, por sua exclusiva conta e responsabilidade, no local indicado pelo CONTRATANTE, em estrita

conformidade com as especificações constantes no termo de referência, e no que forem aplicáveis, com as normas pertinentes e com a legislação vigente;

9.1.4. Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, a execução dos serviços em que forem constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções e que estiverem em desacordo com as especificações, de ofício ou após a notificação formal do CONTRATANTE;

9.1.5. Solicitar por escrito e devidamente fundamentado quaisquer modificações na execução dos serviços para análise e decisão do CONTRATANTE;

9.1.6. Manter durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação;

9.1.7. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE;

9.1.8. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa de seus empregados ou de empresa por ela contratada, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça no prazo estipulado, o CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o ressarcimento do valor da nota fiscal/fatura do mês e/ou da garantia, sem prejuízo de poder denunciar o Contrato, de pleno direito, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

9.1.9. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços;

9.1.10. Comunicar o CONTRATANTE, no período máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de início da realização dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.11. Nos termos do Art. 116 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA deverá, ao longo de toda a execução do contrato, cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

## 9.2. Quanto às vedações:

9.2.1. É vedado **ter em seu quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da contratação;

9.2.1.1. A vedação prevista no subitem 9.2.1 não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade;

9.2.1.2. A vedação constante no subitem 9.2.1 se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

9.2.1.3. A contratação de empresa pertencente a parente de membro ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório;

**9.2.2. Também não será permitido:**

9.2.2.1. Reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

9.2.2.2. Permitir que seus empregados pratiquem a venda de quaisquer mercadorias e produtos nas dependências do CONTRATANTE, bem como que executem atividades incompatíveis com as previstas neste Contrato;

9.2.2.3. Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

9.2.2.4. Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

9.2.3. Nos termos do Art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, é vedado à CONTRATADA, durante a vigência do contrato, **contratar** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público do CONTRATANTE que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

**9.3. Quanto às obrigações gerais:**

9.3.1. Para fins de habilitação, a empresa deverá comprovar regularidade nos termos previstos no Edital de Licitação;

9.3.2. Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.



9.3.3. Deverá a CONTRATADA atender e se adequar ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

9.3.4. A CONTRATADA deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme disposto no inciso XVII do art. 92 da Lei nº 14.133/2021;

## **CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1 A CONTRATADA, atuando na condição de operador, adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público Federal e se compromete a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados brasileira (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes.

10.2 No tratamento de dados pessoais que lhe forem confiados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA se obriga a:

- a. realizar o tratamento de dados pessoais estritamente para as finalidades estabelecidas neste Contrato, observando fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo Ministério Público Federal;
- b. adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do Ministério Público Federal e nos instrumentos contratuais, tais como:
  - (i) mecanismos de autenticação de acesso aos registros, como sistemas de autenticação dupla para assegurar a individualização do responsável pela atividade;
  - (ii) anonimização, pseudonimização e encriptação dos dados pessoais, quando aplicável;
  - (iii) recursos que permitam a restauração da disponibilidade e do acesso aos dados pessoais de forma rápida em caso de incidente; e
  - (iv) processo de verificação contínua da implementação das referidas medidas técnicas e organizacionais;
- c. manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo, contemplando os registros de conexão e de acesso a aplicações, o momento, a duração, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso e o arquivo acessado;
- d. facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, devendo a prova do compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao Ministério Público Federal em caso de solicitação;

- e. permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo Ministério Público Federal ou por quem por ele autorizado, e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;
- f. auxiliar, sempre que demandado pelo Ministério Público Federal, no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;
- g. comunicar de maneira formal e de forma imediata ao Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público Federal, com tolerância de no máximo 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções, devendo a comunicação conter, no mínimo, as seguintes informações:
  - (i) data e hora do incidente;
  - (ii) data e hora da ciência pela CONTRATADA;
  - (iii) relação dos tipos de dados pessoais afetados pelo incidente;
  - (iv) quantidade de usuários afetados (volumetria do incidente) e, se possível, a relação desses indivíduos;
  - (v) dados de contato do Encarregado da CONTRATADA ou, não havendo Encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido;
  - (vi) descrição das possíveis consequências do incidente;
  - (vii) medidas que estão sendo tomadas para a mitigação dos riscos.
- h. anonimizar ou devolver para o CONTRATANTE todos os dados pessoais que lhe foram confiados e descartar, de forma irrecuperável, as cópias, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual;
- i. não transferir e/ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização do Ministério Público Federal, assumindo todos os ônus decorrentes de qualquer compartilhamento que venha a realizar;
- j. registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações da autoridade competente;

10.3 O CONTRATANTE pode requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, cumulativamente com a garantia adicional de proteção ao erário decorrente do pagamento antecipado, conforme Orientação Normativa AGU nº 76/2023, em valor correspondente a **30% (trinta por cento) do valor total do contrato**, observado o disposto no Termo de Referência quanto à sistemática de pagamento antecipado da etapa de fabricação.

11.2. A garantia contratual deve ser apresentada conforme item 4.4, e seus subitens, do Termo de Referência.

11.3. A CONTRATADA possui o prazo de 5 (cinco) dias úteis para assinar o contrato após ser convocada.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. O Tópico 14 do Termo de Referência disciplina sobre infração e sanção administrativa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado ou quando finalizado a execução do objeto ou quando rescindido.

13.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.5. O CONTRATANTE conjuntamente com a aplicação das sanções previstas no tópico 15 do Termo de Referência poderá rescindir o contrato unilateralmente.

13.5.1. No caso de rescisão por inexecução contratual a restituição dos valores pagos não caracteriza sanção de multa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, mediante a seguinte dotação:

- (i) UG Executora 200058;
- (ii) PTRES: 0306200314260001;
- (iii) Plano Interno: INFRASEA;
- (iv) Natureza da Despesa: 449051-92;
- (vi) Nota de Empenho nº 2026NE000xxx, de xx/xx/2026.

**Parágrafo Único** - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Primeiro** - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**Parágrafo Segundo** - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Terceiro** – Nos termos do parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021, eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, cuja resposta, por parte da CONTRATANTE, deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data do fornecimento da documentação, podendo ser prorrogado por igual período.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de

2021 e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1 O Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Florianópolis, é o competente para dirimir quaisquer dúvidas que vierem a surgir no cumprimento das obrigações aqui estabelecidas, que não possam ser dirimidas administrativamente.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato, firmado pelas partes e as testemunhas abaixo, por meio de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF.

Florianópolis, 00 de xx de 2026.

(assinatura eletrônica)

**empresa**

nome

Sócio administrador ou procurador

(assinatura eletrônica)

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - SC**

Maximiliano Eller

Secretário Estadual

#### **TESTEMUNHAS:**

(assinatura eletrônica)

Adelmo Biancato Alberton

Matrícula 23597

(assinatura eletrônica)

Pedro César Martins

Matrícula 3247